



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**Carmen Lucia Carlos de Queiroz**

**O DEVER COMO FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL KANTIANA**

**Fortaleza-Ceará**

**2009**

**Carmen Lucia Carlos de Queiroz**

**O DEVER COMO FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL KANTIANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia (CMAF) da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre – UECE. Área de concentração: Ética. Linha de Pesquisa: Ética Fundamental

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Terezinha de Castro Callado.

**Fortaleza-Ceará**

**2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**Mestrado Acadêmico em Filosofia-MAF**

**Título do Trabalho: O dever como fundamentação da moral kantiana**

**Autora: Carmen Lucia Carlos de Queiroz**

**Defesa em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**Conceito obtido: \_\_\_\_\_**

**Nota obtida: \_\_\_\_\_**

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Terezinha de Castro Callado  
Universidade Estadual do Ceará (Presidente)

---

Prof. Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino  
Universidade Estadual do Ceará (Examinador)

---

Prof. Dr. Kleber Amora  
Universidade Federal do Ceará (Examinador)

## DEDICATÓRIA

À Deus, pela coragem e determinação sabendo que grande parte do meu trabalho passa pela sua intermediação.

Ao professor João Bosco Rodrigues, pela parcela de carinho, tempo e saber que dedicou à leitura e comentários desta dissertação.

Aos meus filhos, Stefano e Kleiton, desejando-lhes um mundo cheio de luz, esperança, conhecimento e sabedoria.

À Graça Sampaio, que com determinação digitou esta dissertação. O seu sorriso, muitas vezes, me passou a calma que eu precisava para continuar na construção deste conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Terezinha de Castro Callado pela importante contribuição nesta dissertação. Espero que continue a cultivar permanentemente a boa vontade que há em si, se dispondo a ajudar a todos apesar das adversidades e, acima de tudo, perseguindo sempre a excelência em tudo o que faz.

## RESUMO

Kant elabora o seu conceito de moral fundado em três pressupostos a saber: o homem como ser livre, a educação e a boa vontade, elementos importantes pelo fato de conduzirem a uma legitimação tão somente na razão prática. Desta forma, as bases para a doutrina moral são totalmente a priori sem recorrer a elementos condicionantes ou determinantes da experiência, já que o homem não se vê somente como ser sensível, mas também como pertencente ao mundo inteligível, neste caso, disposto a fazer uso de sua razão para superar a natural propensão ao egoísmo através do esforço no sentido de alcançar a virtude, elevando sua razão aos conceitos do dever e da lei moral. Há então, segundo Kant, um plano oculto da natureza como ordem cósmica em dotar o homem de razão, mas que esta intenção, por hipótese alguma, é para fazê-lo feliz, se considerarmos, do ponto de vista lógico, as máximas que regulam o princípio de felicidade são totalmente opostas às máximas exigidas pela moralidade, apresentando uma aparente contradição; entretanto, se considerarmos que, para Kant, a definição de felicidade consiste na satisfação com nossa própria conduta moral, e, se a entendermos como um dever, contribuiremos com todas as nossas forças para realização do seu Sumo Bem no mundo. Só nestas condições a moralidade pode ser pensada como não isolada do fim último. Esta causalidade da vontade em consonância com a natureza, que age pela representação da lei, mostra que a razão pura, enquanto fonte de conhecimento pode também e, ao mesmo tempo, ser prática. Porém, o homem deverá, por outro lado, admitir inquestionavelmente a imortalidade da alma e a existência de Deus como garantia daquela conexão. A História assume um sentido teleológico, isto é, é dotada de significado, a partir dela a natureza intenciona preparar a humanidade a estágios mais elevados de civilização onde a sociedade civil deverá ser o lugar em mais alto grau, de uma constituição perfeitamente justa.

**Palavras-chave:** Lei moral. Liberdade. Dever. Razão. Felicidade.

## ABSTRACT

Kant elaborates his concept of moral based on three presuppositions, which are: the man as a free being, the education and the goodwill. These are important elements due to the fact that they guide to a legitimation exclusively on the practical reason. This way, the bases to the moral doctrine are totally a priori, without turning to experience determinants, once the man sees himself not only as a simple sensible being, but also as belonging to the intelligible world. In this case, the man is prepared to use reason for overcoming the natural tendency to selfishness through an effort in the sense of achieving virtue, raising his reason to the concepts of duty and moral law. According to Kant there is a natural concealed plan as a cosmic order to endow the man with reason, but not to make him happy. Considering from the logic viewpoint, the maxims that regulate the happiness principle are opposite to the maxims required by morality, presenting an apparent contradiction. However, bearing in mind that Kant's definition for happiness consists of satisfaction with our own moral behavior, and being aware that happiness is a duty we will contribute with all our forces to carry out the Supreme Good in the world. Under such circumstances, morality can be thought as not being isolated from its goal. This goodwill causality in consonance with nature, which acts for the law representation, shows that pure reason, as a knowledge source, can also be practical. Nevertheless, the man shall unquestionably admit the soul immortality and the existence of God as a guarantee of that connection. History, therefore, assumes a teleological sense, to be precise, it is endowed of meaning. From History the nature aims at preparing humanity in superior civilization levels, in which civil society is the highest degree place of a perfectly fair constitution.

**Key-words:** Moral law. Liberty. Duty. Reason. Happiness.

.

## SUMÁRIO

Introdução .....	08
1. Pressupostos Fundamentais da Moral Kantiana .....	13
1.1 O homem como ser livre e a razão.....	13
1.2 A educação e a moralidade como esforço para alcançar a virtude .....	19
1.3 A boa vontade .....	24
2. A Estrutura da Razão como Fundamento da Moral .....	30
2.1 A boa vontade no agir moral.....	30
2.2 O imperativo hipotético .....	33
2.3 O imperativo categórico .....	36
2.4 A autonomia e heteronomia da vontade .....	38
3. Deveres Fundamentais do Homem.....	40
3.1 Deveres do homem para consigo mesmo .....	41
3.2 Deveres do homem para com os outros .....	47
3.3 Deveres do homem para com Deus .....	53
4. O Bem Supremo .....	57
4.1 A felicidade .....	58
4.2 A moralidade .....	60
4.3 A história e o fim último do homem .....	65
5. Conclusão .....	70
Referências .....	73



## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação tratamos do tema do dever, questão esta que sem dúvida alguma apresenta-se como fundamento da filosofia moral de Kant. No que diz respeito à problemática do método adotado para desenvolvimento do trabalho, consideramos a observação kantiana de que a compreensão do sujeito antecede a do objeto e, que o próprio sujeito condiciona a forma como o objeto se manifesta. Da mesma forma não se pode falar da moralidade sem se ter antes passado por uma análise detalhada do homem em toda a sua complexidade.

No primeiro capítulo, abordamos o conceito fundante da moral kantiana, que é o conceito do homem dotado de sua plena liberdade e autonomia. Trata-se, assim, de um conceito transcendental e não empírico. Liberdade e autonomia são princípios originários inteiramente fundamentados *a priori*, para atender à necessidade da validade universal no seu sentido maior. Embora esteja o homem inserido na natureza e a obedeça nos seus mecanismos como qualquer outro animal, no entanto o homem foge dessa limitação quando se vê também como um ser de liberdade.

A moral kantiana exige<sup>1</sup> o cumprimento do dever e a aceitação da lei moral em toda a sua plenitude. Por outro lado, o agir racional significa que o homem deve servir-se tão somente da razão como instância motivadora do seu agir, recusando assim qualquer motivação sensível.

Ainda no primeiro capítulo aprofundamos a questão do conhecimento do homem, bem como certas peculiaridades da sua natureza e mostramos a importância da educação, lembrando que é por meio dela que se produzem no homem as condições para efetivação da moralidade e o cumprimento do dever. Pela educação consegue o homem domar o aspecto de animalidade, que perpassa a sua

---

<sup>1</sup> "A consciência de uma *livre* sujeição da vontade à lei ligada, no entanto, a uma coerção (*Zwang*) inevitável infligida a todas as inclinações, mas unicamente através da própria razão, é pois o respeito pela lei. A lei que exige e também inspira este respeito nenhuma outra é, como se vê, senão a lei moral (porque mais nenhuma exclui todas as inclinações da imediatidade da sua influência sobre a vontade). A acção que, segundo esta lei, com exclusão de todos os princípios determinantes a partir da inclinação, é objetivamente prática, chama-se dever (*Pflicht*), o qual, em virtude desta exclusão, contém no seu conceito um constrangimento prático, isto é, uma determinação a acções, por mais relutante que seja o modo como elas têm lugar". (KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*-CRPr. Tradução: Artur Mourão. Lisboa: Edições 76, 1986, p. 96).

natureza irracional, aderindo então aos objetivos da cultura que enriquecem a sua pessoa, ao mesmo tempo em que desperta para os grandes valores da humanidade. Kant nos lembra que o maior domínio que o homem pode ter é o domínio sobre si mesmo e, para isso, ele entende que o corpo e o espírito formam uma unidade. “Deve-se cultivar o corpo em proporção ao espírito”<sup>2</sup>. Formar o hábito junto com a prática moral requer sempre a explicação dos conceitos da máxima. A disciplina é importante, nos diz Kant, mas é preciso que o homem seja guiado pelas máximas objetivas, “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”<sup>3</sup>. A educação é uma arte que está sendo aperfeiçoada ao longo das gerações, pelo fato de haver no homem germes em suas disposições naturais<sup>4</sup> a serem desenvolvidos para o bem. Tais germes precisam do distintivo da moralidade. Este capítulo culmina com o tratamento da boa vontade.

O segundo capítulo persegue a sequência do primeiro. Aqui Kant tratará da boa vontade, elogiando a mesma, mas ao mesmo tempo mostrando a sua insuficiência para o acabamento da lei moral. A boa vontade é elogiada por Kant, não enquanto permanece como uma mera intenção ou desejo subjetivo, mas enquanto acompanhada do real possível esforço do indivíduo para acatar a lei moral. Desta forma, segundo Kant, a natureza concedeu ao homem uma razão para o seu aperfeiçoamento, muito embora seja importante ter em mente que, segundo Kant, na esfera da boa vontade, o indivíduo já se mostra preocupado com seu semelhante fugindo desta forma ao egoísmo e ao individualismo exacerbado. Na boa vontade o homem já se insere numa relação profunda e espiritual para com a humanidade<sup>5</sup>.

Lembra ainda Kant que a razão vulgar não tem o refinamento de saber julgar a moralidade pelo conhecimento das coisas práticas, pois lhe falta segurança suficiente contra os argumentos da sensibilidade, esfera perigosa pelo fato de a razão vulgar estar diretamente ligada à escolha do agir humano. Em todo caso, a

---

<sup>2</sup> KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. Tradução: Francisco Cock Fontanela. São Paulo: UNIMEP, 2002, p. 59.

<sup>3</sup> KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes-FMC. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 31.

<sup>4</sup> Op. cit, p. 19.

<sup>5</sup> É exatamente pelo fato de a natureza humana ser muito mais inclinada a seguir o princípio do prazer e das facilidades que a vida oferece, a razão encontra desculpas naturais para fugir das obrigações morais, pois, segundo Kant, “[...] o homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe apresenta como tão dignos de respeito. Ora, a razão impõe as suas prescrições sem nada prometer às inclinações [...]”. (Op cit, p. 37).

razão vulgar se mostra como uma pérola reluzente por ser constituída de valores e princípios do agir, portanto, possui valor em si mesma, apesar de tais ações serem influenciadas por móveis e da conformidade ao dever, assim sendo, não possuem valor moral algum por si só, não é então suficiente para conduzir a moralidade, por isto mesmo precisa ser obrigada ou coagida por meio do imperativo categórico. Segundo Kant, os imperativos hipotéticos são sempre máximas pessoais, servem de força para o próprio sujeito enquanto os imperativos categóricos se colocam como exigência acima da natureza humana<sup>6</sup>, eles exigem que o indivíduo siga uma máxima universal e o máximo de esforço e renúncia contra tudo aquilo que o sujeito gosta ou deseja. A boa vontade, neste caso, é originária do mundo inteligível, ela pode fazer o sujeito aspirar a perfeição já que os dois mundos em que o homem está inserido não são opostos entre si, antes, o mundo inteligível contém os fundamentos do mundo sensível e ambos se completam.

Após haver colocado estas questões, tidas como preliminares, chegamos ao terceiro capítulo, onde o tema do dever será tratado nas suas diferentes modalidades: deveres do homem para consigo mesmo, para com os outros e para com Deus, ou deveres religiosos. Neste primeiro item existem várias ordens ou comandos pelos quais o homem deve obedecer para atingir a moralidade para consigo mesmo, deveres estes que procuram sempre pela consciência do sujeito no tocante ao empenho que ele deverá ter para que suas ações não sejam contrárias aos seus fins como ser humano. Neste segundo item que alerta para os deveres com os outros, o homem deverá ter amor e respeito. Nos deveres de amor os fins do outro deverão ser os meus fins, desde que não sejam imorais. Nos deveres de

---

<sup>6</sup> “A *convicção* da imutabilidade da sua intenção (*Gesinnung*), no progresso para o bem, parece no entanto ser em si igualmente impossível para uma criatura. Por isso mesmo, a doutrina religiosa cristã fá-la derivar unicamente do mesmo espírito que opera a santidade, isto é, esta firme resolução e, com ela, a consciência da perseverança no progresso moral. Mas, de modo também natural, aquele que é consciente de, durante uma grande parte da sua vida até ao final da mesma, se ter mantido em progresso para o melhor, e certamente em virtude de genuínos princípios morais de determinação, pode ter sem dúvida a esperança confortante, embora não a certeza, de que ele persistirá nestes princípios, mesmo numa existência prolongada para além desta vida; e se bem que não esteja jamais aqui justificado a seus próprios olhos nem deva jamais esperar sê-lo no aguardado incremento futuro da sua perfeição natural, juntamente porém, com o aumento também dos seus deveres, pode no entanto, neste progresso que, apesar de concernir a um objectivo recusado até ao infinito, vale para Deus como posse, ter um vislumbre de um futuro *bem-aventurado*; efectivamente, aí se encontra a expressão de que a razão se serve para designar um bem-estar perfeito, independente de todas as causas contingentes do mundo, o qual, tal como a *santidade*, é uma idéia que unicamente pode estar contida num progresso indefinido e na sua totalidade, por conseguinte, jamais é alcançado plenamente pela criatura”. (KANT, Immanuel. CRPr. p. 142).

respeito ao homem, este não pode reduzir o outro a um mero meio para os seus próprios fins, pois o fim do homem tem que coincidir com o fim da humanidade. Neste último item mostramos a diferença entre o dever religioso enquanto dever do homem para com Deus, na qualidade de seu juiz e criador, sendo este dever diferente do dever moral enquanto dever do homem para com outro homem. É relevante aqui o fato de Kant afirmar que não temos deveres morais para com Deus, visto não sabermos que máximas devemos adotar para sintonizar nossa vontade com a vontade divina.

O quarto capítulo apresenta o acabamento do tema, que já foi anteriormente desenvolvido em todos os elementos que constituem o seu conceito, por isto mesmo trataremos agora da questão do Bem Supremo do homem, exigido como coroamento do cumprimento do dever. Evidentemente, a questão ficaria em aberto se todos os esforços e constrangimentos do homem para levar uma vida virtuosa no cumprimento da lei moral permanecessem sem nenhuma finalidade ou justificativa. É aqui que se coloca a questão da felicidade como coroamento pelo cumprimento do dever. Lembremos que a felicidade<sup>7</sup> não pode ser separada da moralidade. O Bem Supremo do homem, enquanto possível neste mundo, consiste numa existência que possa conciliar felicidade com moralidade. Finalmente chegamos à conclusão do tema, apresentando resumidamente a visão kantiana da história, na medida em que esta significa para Kant o lugar em que o homem realiza a totalidade de suas disposições, alcançando assim a sua perfeição. Vale lembrar que para Kant a história<sup>8</sup> não é o resultado do acaso, mas obedece a um plano previamente

---

<sup>7</sup> “Pode igualmente perceber-se aqui, se se perguntar pelo *fim último de Deus* na criação do mundo, se deve mencionar não a *felicidade* dos seres racionais neste mundo, mas o *soberano bem* que àquele desejo destes seres acrescenta ainda uma condição, a saber, a de se tornar digno da felicidade, isto é, a *moralidade* destes mesmos seres racionais, a qual é a única a conter a regra por cujos intermédios eles apenas podem esperar, graças à mão de um *sábio* autor do mundo, tornam-se partícipes da felicidade”. (KANT, Immanuel. CRPr. p. 149-150).

<sup>8</sup> “[...] Parece que a natureza não se preocupa com que ele viva bem, mas, ao contrário, com que ele trabalhe de modo a tornar-se digno, por sua conduta, da vida e do bem-estar. O que permanece estranho aqui é que as gerações passadas parecem cumprir suas penosas tarefas somente em nome das gerações vindouras, preparando para estas um degrau do qual elas possam elevar mais o edifício que a natureza tem como propósito, e que somente as gerações posteriores devam ter a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados (certamente sem esse propósito) edificou, sem mesmo poder participar da felicidade que preparou. E por enigmática que isto seja é, entretanto, também necessário, quando se aceita que uma espécie animal deve ser dotada de razão e, como classe de seres racionais, todos mortais mas cuja espécie é imortal, deve todavia atingir a plenitude do desenvolvimento de suas disposições”. (KANT, Immanuel. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Tradução: Rodrigo Novaes e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 12-13).

estabelecido pela natureza. Assim, a existência humana não está condenada ao absurdo, mas é ela mesma uma realidade plena de sentido e significação.

# 1. PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA MORAL KANTIANA

A filosofia moral de Kant é construída com base em três pressupostos fundamentais, sendo o primeiro deles o conceito de homem como ser livre. Não se trata de buscar as razões pelas quais o homem é livre, uma vez que para isto se deveria recorrer a elementos tirados da experiência (*Erfahrung*). O homem como ser livre é para Kant um conceito transcendental, não antropológico ou político.

A educação é outro elemento de suma importância na questão da moralidade, uma vez que o homem virtuoso é resultado do homem corretamente educado, pois conforme nos diz Kant, é pela educação que o homem se torna um verdadeiro homem.

Em terceiro plano Kant desenvolve a boa vontade (*den guten Wille*) aparecendo então como o fio condutor da moral kantiana. A boa vontade é ao mesmo tempo a porta de entrada para que a moralidade (*Sittlichkeit*) chegue ao seu acabamento, que é o cumprimento do dever (*Pflicht*).

## 1.1 O homem como ser livre e a razão

A ética kantiana tem como ponto de referência fundamental a idéia do homem como ser livre e autônomo<sup>9</sup>. A liberdade (*Freiheit*) e a autonomia (*Autonomie*) devem ser aqui entendidas, no seu *primeiro momento*, como emancipação do homem com relação ao determinismo da natureza. Muito embora fazendo parte da natureza e sendo afetado por ela como animal e ser sensível, no que diz respeito ao plano da moralidade deve-se procurar a sua legitimação tão somente no plano da razão prática<sup>10</sup> (*Praktischer Vernunft*). A liberdade do homem requer como exigência fundamental que ele se liberte da dependência de toda e qualquer determinação por

---

<sup>9</sup> “A moral enquanto fundada no conceito do homem como ser livre que, justamente por isso se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da idéia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem da lei para o observar” (KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão. Tradução: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 11). Há, segundo as palavras do próprio Kant, uma relação muito intensa entre liberdade e moralidade, já que “a moralidade é a primeira a revelar-nos um conceito de liberdade” (KANT, Immanuel. CRPr, p. 41).

<sup>10</sup> Cf. Vaz, a distinção entre a razão na sua função teórica e prática é algo que teve início em Platão sendo depois continuada em Aristóteles (VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. Escritos de Filosofia IV. São Paulo: Loyola, 1999, p. 33).

parte da natureza, afirmando-se no plano da ação, da consciência e da pura subjetividade. Isso significa a sua humanização<sup>11</sup>.

Em um *segundo momento* deve-se entender a liberdade no seu sentido mais legítimo, na forma em que é conceituada por Kant: a liberdade enquanto autonomia se manifesta de forma radical quando o homem é capaz de fazer uso de sua razão para dirigir a própria vida, sem que precise recorrer ao auxílio dos outros. É neste sentido que iremos encontrar a atitude de Kant ironizando aqueles a quem ele define como escravos da menoridade. Esta menoridade não deverá ser tomada no plano cronológico, mas psicológico. O homem em estado de menoridade é para Kant aquele que não é capaz de tomar para si mesmo a tarefa de guiar os próprios passos, escutando e seguindo o que lhe dita a sua razão. Ele prefere deixar-se levar pelos mestres, os livros, os orientadores de consciência, tanto no campo da moralidade como no terreno da política:

Se tenho um livro que faz às vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decida a respeito da minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar quando posso simplesmente pagar. Outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis<sup>12</sup>.

Kant reconhece que esta tomada de consciência por parte das pessoas, no sentido de conduzirem o próprio destino, representa uma verdadeira revolução, mas isto não acontece, neste caso a culpa pertence a elas, pois ele acredita que há no mais íntimo de cada ser humano uma espécie de consciência moral adormecida, agindo nela como uma espécie de bússola capaz de lhe propiciar o discernimento do que é bom ou mau<sup>13</sup>. Desta maneira, Kant pretende fundamentar a sua doutrina moral totalmente a *priori*, no plano da liberdade e da suficiência da razão, sem

---

<sup>11</sup> Cf. Oliveira, Manfredo. Filosofia na crise da modernidade. Coleção Filosofia 12. São Paulo: Loyola, 1989, p. 22.

<sup>12</sup> Kant, Immanuel. Resposta a pergunta: o que é esclarecimento? In: Textos selectos. Tradução: Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1985, pp. 100-101.

<sup>13</sup> “De igual modo, a consciência não é algo adquirível e não temos o dever de nos provermos de uma; pelo contrário, todo ser humano, como ser moral, possui uma consciência dentro de si originalmente. Estar sob a obrigação de ter uma consciência seria equivalente a ter um dever de reconhecer deveres, pois a consciência é razão prática sustendo o dever do ser humano diante deste para sua absolvição ou condenação em todos os casos submetidos à lei” (KANT, Immanuel. Metafísica dos Costumes-MC. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2003, p. 243).

recorrer a qualquer socorro da experiência, definida por ele como a “a mãe das ilusões”<sup>14</sup>.

Por pretender ser universal, estendendo-se a todos os homens, entendidos como seres racionais (*vernünftige Wesen*), jamais poderá a moralidade vincular-se ao espaço da experiência, pelo fato desta ser sempre particular, permanecendo no plano do indivíduo.

Porque com que direito podemos nós tributar respeito ilimitado como prescrição universal para toda a natureza racional, a aquilo que só é válido talvez nas condições contingentes da humanidade? E como é que as leis da determinação da nossa vontade hão de ser consideradas como leis da determinação da vontade de um ser racional em geral, e só como tais consideradas também para nossa vontade, se elas forem apenas empíricas e não tirem a sua origem plenamente a *priori* na razão pura mas ao mesmo tempo prática?”<sup>15</sup>

Além disso, Kant reconhece a insuficiência da experiência como orientação para a moralidade, pelo fato de que, na vida concreta, jamais se ter encontrado, conforme suas palavras, o exemplo de uma única pessoa que tenha agido tão somente por amor ao dever (*Pflicht*), sem qualquer motivação exterior<sup>16</sup>. A experiência (*Erfahrung*) só nos oferece dados para o conhecimento quando este se volta para o plano da realidade física (*Sinnenwelt*), isto é, da natureza. A razão protesta e não aceita a experiência como sendo o limite da realidade<sup>17</sup>. Exatamente por isto Kant critica fortemente o empirismo, que, ao seu modo de julgar, “extirpa com a raiz da moralidade”<sup>18</sup>.

Não se deve entender que a crítica de Kant ao empirismo seja tão somente uma mera condenação moral ou emotiva: a questão ficará mais esclarecida se lembrarmos que a tese fundamental do empirismo vai de encontro ao desejo de Kant em articular uma doutrina moral que tenha como fundamento a razão e a liberdade do homem. Para Locke, todo conteúdo do conhecimento humano vem de algo

<sup>14</sup> Cf. KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*-CRP. Tradução: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 243.

<sup>15</sup> Cf. KANT, Immanuel. FMC, p. 42.

<sup>16</sup> Op. cit., p. 40.

<sup>17</sup> Cf. KANT, Immanuel. *Realidade e existência*, 1985, p. 46.

<sup>18</sup> “Com efeito, nada se pode imputar com razão àqueles que são naturalistas por carência de maior discernimento. Seguem a razão comum sem se jactarem de sua ignorância como sendo um método que deva conter o segredo que lhes permita extrair a verdade do poço fundo de Demócrito” (KANT, Immanuel. CRP, p. 504).



exterior a ele<sup>19</sup>. De acordo com sua teoria, o conhecimento da existência de Deus é o único que podemos ter por via da razão<sup>20</sup>, já para Hume, o ser humano é completamente guiado pelos costumes<sup>21</sup>.

Muito embora seja intenção de Kant fundamentar a sua doutrina moral em critérios puramente racionais e sem qualquer fundamentação antropológica,<sup>22</sup> para não se confundir com empirismo, é importante fazer aqui referência a alguns traços da concepção kantiana de homem.

Primeiramente deve-se ressaltar o caráter da dualidade, que é, conforme Kant, condição fundamental do ser humano repercutindo, conseqüentemente, em todas as suas ações<sup>23</sup>. O homem, de certa maneira, faz parte de dois mundos ou duas dimensões diferentes (*Handlungen*) da realidade que Kant define como “mundo sensível (*Sinnenwelt*) e mundo inteligível (*Verstandeswelt*)”<sup>24</sup>. O homem pertence ao mundo sensível no que diz respeito à sua condição de animal e aos seus condicionamentos biológicos, pelos quais depende da natureza, sendo igualmente afetado por ela e por seus mecanismos. Como participante do mundo inteligível nos referimos ao homem como ser racional livre, autônomo e sujeito da moralidade<sup>25</sup>.

---

<sup>19</sup> “Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma idéia; como ela será suprida? [...] de onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo numa palavra: da experiência” (LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 57).

<sup>20</sup> Op. cit., p. 275.

<sup>21</sup> “O costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que aparecem no passado. Sem a influência dos costumes, ignoramos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos” (HUME, David. Investigação acerca do entendimento humano. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 47).

<sup>22</sup> Cf. KANT, Immanuel. FMC, p. 45.

<sup>23</sup> De acordo com VAZ, o “pensamento crítico de Kant e o seu dualismo, situam-se no horizonte aberto pela antropologia racionalista” (Antropologia Filosófica I. coleção Filosofia. São Paulo: Loyola, 1991, p. 98).

<sup>24</sup> Cf. KANT, Immanuel. MC, p. 110. “O caráter inteligível, a aspiração a um estado superior, constitui domínio prático do espírito. Forma uma terceira ordem nova, ao lado da causalidade mecânica e da vida orgânica, e, na medida em que hoje positivamente o sabemos, nenhuma mistura conhecida da matéria inerte ou orgânica pode criar uma centelha de espírito. Este é qualquer coisa de original, de qualitativamente novo”. (apud GOLDMANN. Origem da Dialética: a comunidade humana e o universo em Kant. Tradução: Haroldo Santiago. Série Rumos da Cultura Moderna, vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda., 1967, p. 146).

<sup>25</sup> “Por tudo isto é que um ser racional deve considerar-se a si mesmo como inteligência (portanto não pelo lado das suas forças inferiores), não como pertencente ao mundo sensível, mas como pertencendo ao mundo inteligível. Tem, por conseguinte, dois pontos de vista dos quais pode

O homem, conforme Kant, é dotado de uma profunda ambigüidade, pelo fato de haver na sua natureza a disposição para o bem e propensão para o mal. Em Kant, são três as disposições fundamentais para o bem: 1) *a disposição para a animalidade*, no que diz respeito ao homem como ser vivo; 2) *a disposição para a humanidade*, enquanto ser vivo e racional; 3) *a disposição para personalidade*, enquanto ser racional e, por isto mesmo, capaz de imputação ou responsabilidade moral por seus atos<sup>26</sup>.

Na *disposição para animalidade* temos o homem tomado como mero animal da natureza, submetido ao imperativo dos seus instintos, sem uso específico da razão. Trata-se do animal lutando para preservar a própria vida e perpetuar a espécie mediante a inclinação pelo sexo oposto. Kant nos apresenta aqui uma série de vícios ou tendências presente no homem que fazem parte do que ele define como “brutalidade da natureza”. São os vícios da gula, da luxúria e da tendência para esquivar-se ao cumprimento da lei.

Na *disposição para humanidade* encontramos o homem num estágio mais elevado, já fazendo uso da sua razão. Em virtude do uso racional ele consegue superar o seu natural egoísmo e agregar-se aos outros. É neste estágio que ocorrerá o processo de humanização do homem, na sua superação da esfera da animalidade na criação da vida social e da cultura. A natureza, neste caso, serve-se artificialmente dos próprios vícios do homem, originários da sua animalidade, para elevá-lo a um estágio superior<sup>27</sup>. Os vícios aqui encontrados, tais como: a inveja, a ingratidão, a deslealdade, são definidos por Kant como “vícios diabólicos”.

A *disposição para a personalidade* diz respeito ao fato de haver no homem uma certa tendência para acatar e curvar-se perante a lei moral. É tão somente aceitando esta condição prévia do homem em poder mostrar-se receptivo perante a

---

considerar-se a si mesmo e reconhecer leis do uso das suas forças e, portanto, de todas as suas ações: o primeiro enquanto pertence ao mundo sensível, sob leis naturais (heteronomia); o segundo, como pertencente ao mundo inteligível, sob leis que, independente da natureza, não são empíricas, mas fundadas somente na razão” (KANT, Immanuel. FMC, p. 102).

<sup>26</sup> KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão, p. 32.

<sup>27</sup> Op. cit., p. 33.

lei moral que se poderá então falar sobre o livre arbítrio (*Willkür*) e exigir a sua responsabilidade por aquilo que ele fizer<sup>28</sup>.

A propensão para o mal na natureza humana nos é apresentada por Kant a partir de outras três características, sendo que a primeira delas é a constatação da *fragilidade* da natureza humana. Isto se manifesta pelo fato de o homem encontrar dificuldades e até mesmo desencorajar-se em não observar a lei moral (*Sittengesetz*). A fragilidade da sua natureza o leva a perder o discernimento (*Einsicht*) e a misturar os motivos morais com os móveis imorais. Em muitos casos o sujeito tem enorme desejo de ser virtuoso e optar pelo bem, praticando ações nobres; mas sente-se, por outro lado, arrastado por seus condicionamentos, não tendo uma vontade suficientemente forte.

A *impureza* do coração humano é a segunda propensão negativa e se manifesta concretamente quando o homem não age puramente por dever, não aceitando a lei moral como motivo único de suas ações, procurando outras compensações ou justificativas. O sujeito, neste caso, não tem ainda a percepção (*Wahrnehmung*) ou maturidade suficiente para acatar apenas a lei moral, que de certa forma lhe parece como algo insuficiente e pesado para ser assumido.

A *malignidade* é a última das propensões negativas encontradas na natureza do homem e consiste na tendência presente no sujeito para acatar máximas totalmente opostas ao que exige a lei moral:

Pode igualmente chamar-se perversidade do coração humano porque inverte a ordem moral a respeito dos motivos de um livre arbítrio e, embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo a lei, o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante a intenção), e o homem, é, por isso mesmo, designado como mau<sup>29</sup>.

Lembremos que para Kant não se pode falar do mal como algo pelo qual se deve responsabilizar a natureza humana. No sentido kantiano, o verdadeiro mal é o mal moral e está vinculado ao uso incorreto do arbítrio (*Willkür*) e diz respeito ao agir

---

<sup>28</sup> “Se considerarmos as três disposições mencionadas segundo as condições de sua possibilidade, descobriremos que a primeira não tem por raiz razão alguma, a segunda tem decerto por raiz a razão prática, mas a serviço apenas de outros móveis, só a terceira tem como raiz a razão por si mesmo prática, a saber a razão incondicionalmente legisladora: todas estas disposições no homem são não só (negativamente) boas (não são contrárias à lei moral), mas são igualmente disposição para o bem (fomentam o seu surgimento). São originários, porque pertence à possibilidade da natureza humana” (KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*, p. 34).

<sup>29</sup> KANT, Immanuel. *Op. cit.*, p. 36.

do indivíduo<sup>30</sup>. Por isto mesmo, o homem não é moralmente bom e nem mau por natureza, pois, conforme nos diz Kant, “não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando leva a sua razão (*Vernunft*) até os conceitos do dever e da lei”<sup>31</sup>.

## 1.2 A educação e a moralidade como esforço para alcançar a virtude

Por força da dualidade da sua natureza, o homem se encontra impedido de alcançar naturalmente seu fim último, pois ele é dotado de certas tendências da sua animalidade que o arrastam para um lado, enquanto a sua razão o move para o outro. Caso pretenda tornar-se bom, do ponto de vista da moralidade, deverá o homem fazer um esforço voluntário para direcionar suas tendências negativas. Isto é exatamente o que se define como virtude<sup>32</sup> (*Tugend*) e, para alcançá-la, o homem carece da educação<sup>33</sup>. A educação tem como fim levar à perfeição a natureza humana, pois, como nos diz Kant, “o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz”<sup>34</sup>.

Para Kant a educação é uma arte que vai se aperfeiçoando gradativamente por várias gerações, na medida em que a geração presente deve se apropriar dos conhecimentos provenientes das gerações anteriores<sup>35</sup>: “Há muitos germes na humanidade e toca a nós desenvolver em proporções adequadas as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos seus germes é fazer com que o homem atinja a sua destinação”<sup>36</sup>.

Kant divide a educação em dois momentos: a disciplina e a instrução. A disciplina, diz ele, tem um significado negativo, na medida em que é por meio dela

---

<sup>30</sup> “Por conseguinte, uma inclinação para o mal só pode estar ligada à faculdade moral do arbítrio. Nada é moralmente mau, exceto o que é nosso próprio ato [...] O mal só pode dinamar do mal moral (não das simples limitações da nossa natureza); e a disposição originária (que ninguém mais, excepto o próprio homem conseguiu corromper, se tal corrupção lhe deve ser imputada), é, no entanto, uma disposição para o bem; por conseguinte, não existe para nós nenhum fundamento concebível a partir do qual nos possa ter chegado pela primeira vez o mal moral” (KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. pp. 37-49).

<sup>31</sup> KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*, p. 95.

<sup>32</sup> Cf. KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*, p. 95. “No homem a brutalidade requer polimento por causa da sua inclinação à liberdade; no animal bruto, pelo contrário, isso não é necessário por causa do seu instinto”. (Ibidem. *Op. cit.*, p. 14).

<sup>33</sup> *Op. cit.*, p. 11.

<sup>34</sup> *Op. cit.*, p. 11.

<sup>35</sup> *Op. cit.*, p. 19.

<sup>36</sup> “A espécie humana é obrigada a extrair de si mesmo pouco a pouco com suas próprias forças todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade, uma geração educa a outra” (*Op.cit.*, p. 12 e 18).

que se pretende domesticar as inclinações animais existentes no homem, para que o mesmo passe a se submeter às leis da humanidade. A instrução ou cultura, parte positiva da educação, diz respeito ao conteúdo dos conhecimentos que devem ser ministrados na educação. É importante lembrar que estas duas instâncias são inseparáveis, pois, como nos diz Kant, “quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem”<sup>37</sup>.

Kant considera a falta de disciplina pior do que a falta de cultura. A falta de cultura pode ser suprida com o tempo, enquanto a ausência de disciplina é uma situação mais complexa. Em virtude disto, a exigência da disciplina é o primeiro passo no processo educacional:

Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que se acostumem a ficar sentadas tranqüilamente e a obedecer prontamente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um dos seus caprichos. O homem é tão naturalmente inclinado à liberdade que, depois que se acostuma a ela por longo tempo, a ela tudo sacrifica. Ora, esse é o motivo pelo qual é conveniente recorrer cedo a disciplina, pois, de outro modo, seria muito difícil mudar o homem<sup>38</sup>.

A finalidade da educação, diz Kant, é desenvolver para o bem a totalidade das disposições que o homem recebe da Providência, e que, enquanto meras disposições são ainda incompletas e sem o distintivo da moralidade. Reconhece ainda que a “educação é a tarefa mais difícil que se pode propor aos homens”<sup>39</sup>.

Um princípio fundamental da pedagogia kantiana diz respeito ao seu caráter de universalidade e que reside no fato de inculcar no jovem a idéia de que ele não somente é membro de determinada família ou de determinado estado, mas cidadão do mundo, pois “o estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de um modo cosmopolita”<sup>40</sup>. Esta exigência é consequência do fato de que o homem só encontra a sua realização suprema na humanidade, uma vez que esta contém todas as perfeições pertencentes ao gênero humano<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> “A produção da aptidão de um ser racional para fins desejáveis em geral (por conseguinte na sua liberdade) é a cultura” (KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução: Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 272).

<sup>38</sup> KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*, p. 13.

<sup>39</sup> *Op. cit.*, p. 20.

<sup>40</sup> *Op. cit.*, p. 23.

<sup>41</sup> “No homem (a única criatura racional sobre a terra), aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente na espécie e não no indivíduo” (KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, 1986, p. 11).

Muito embora reconheça que se deve ensinar ao educando os elementos da cultura, tais como ler, escrever e outras habilidades necessárias à vida cotidiana, Kant nos lembra igualmente o quanto é importante a educação moral, uma vez que não adianta ao homem ser capaz de conseguir todos os seus objetivos, se não tiver o discernimento suficiente para perceber o que é bom ou mau: “Bons são aqueles aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um”<sup>42</sup>.

Logo de início a criança deverá ser acostuada a afastar-se dos vícios, não por temor a Deus ou por castigo, mas por virtude e pelo fato de que os mesmos são detestáveis: “Deus é o ser absolutamente santo e não quer senão o que é bom, e exige que pratiquemos a virtude pelo seu valor intrínseco e não porque Ele o ordena”<sup>43</sup>.

Na fase inicial da educação, diz Kant, o comportamento do educando deve ser marcado pela passividade da obediência; *somente depois* passará a usar a *reflexão* e a *liberdade (Freiheit)*, estando ambas limitadas *por certas regras*. Um dos maiores problemas da educação é exatamente *conciliar constrangimento com liberdade à obediência*, que, por sua vez, requer o *constrangimento* reconhecido como necessário para a liberdade. Sem a presença do constrangimento a criança tenderá a crescer sem a noção de limite e a sua educação o tornará um ser anárquico. É então profundamente positivo que desde os primeiros anos o educando sinta na pele a resistência que lhe é imposta pela sociedade, “para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente”<sup>44</sup>.

Kant dividiu a educação em física e prática. A *educação física* visa o bom desenvolvimento das funções puramente corporais e quanto a isto nada há que faça diferença com relação aos animais. A *educação prática* ou moral tem em vista o desenvolvimento das qualidades espirituais do homem, o aprimoramento da sua personalidade como ser livre, tendo em vista prepará-lo para conviver como membro da sociedade. Se por um lado o homem carece da instrução, apossando-se dos

---

<sup>42</sup> KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia, p. 26.

<sup>43</sup> Op. cit., p. 28.

<sup>44</sup> “É preciso provar que o constrangimento que lhe é imposto, tem por finalidade de ensinar a usar bem a liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é dispensar os cuidados de outrem. Esse pensamento é o mais tardio, porque as crianças nos primeiros anos não imaginam que deverão um dia providenciar por si mesmas sua própria manutenção” (Op. cit., p. 33-34).

diferentes saberes para poder alcançar os seus fins, muito mais ainda necessitará ele da educação moral, fundada em princípios que deverá conhecer, visto que são do alcance do senso comum. A educação moral deve ser ministrada ao mesmo tempo em que a educação física, “pois de outro modo se enraizará muitos defeitos, a ponto de tornar vãos todos os esforços da arte educativa”<sup>45</sup>. Desde os primeiros anos, diz Kant, é aconselhável que as crianças sejam preparadas para as dificuldades da vida, sendo educadas no sentimento de prazer e desprazer e, para isto, nada melhor do que acostumá-los ao trabalho, uma vez que “o gosto pela facilidade é, para o homem, o mais funesto dos males da vida”<sup>46</sup>. Não se deve permitir que as crianças possam escolher todos os prazeres e Kant faz aqui uma acusação às mães que acostumam mal seus filhos, permitindo todas as vontades dos mesmos: “prejudica às crianças satisfazer as suas vontades e educa muito mal quem vai sempre ao encontro de suas vontades e desejos”<sup>47</sup>.

Muito embora reconhecendo o quanto é importante a disciplina na formação humana, Kant acha que ela não deve ser o elemento básico na formação moral, que deverá fundamentar-se em máximas, uma vez que a disciplina tão somente poderá gerar um hábito que tenderá a desaparecer com o tempo. Pelo fato de ser difícil inculcar na criança a cultura moral, deverá esta ser objeto de profundo conhecimento por parte dos pais e dos mestres. A disciplina tão somente poderá impedir os defeitos enquanto as *máximas criam uma certa maneira de pensar*. Exatamente por isso as máximas deverão ser extraídas do próprio homem: “A moralidade é algo tão santo e sublime que não se deve rebaixá-la, nem igualá-la à disciplina”<sup>48</sup>.

O *primeiro passo* na formação da cultura moral é investir na construção do caráter que consiste no hábito de mover as próprias ações em *conformidade* com determinadas máximas. “Sendo estas, em princípio, as da escola e, mais tarde, as da humanidade”<sup>49</sup>. Como *segundo passo* a seguir na formação do caráter vem a veracidade. Deve-se, então, evitar na criança o hábito de mentir, muito embora Kant

---

<sup>45</sup> “Um ser humano pode ter uma sólida formação física, pode ter um espírito muito bem formado, mas ser mau do ponto de vista moral, sendo desde modo uma criatura má”. (KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia, pp. 36 e 59).

<sup>46</sup> KANT, Immanuel. Op. cit., p. 71.

<sup>47</sup> Op. cit., p. 74.

<sup>48</sup> Op. cit., p. 76.

<sup>49</sup> Op. cit., p. 76.

reconheça que “o gosto pela mentira, tão próprio das crianças, deriva tão somente de uma imaginação dotada de profunda vivacidade”<sup>50</sup>.

Como *terceiro passo* a educação religiosa é a última etapa da educação humana, constituindo-se no seu acabamento. A religião é importante por ser inseparável da moralidade, e muito embora não seja a fonte originária da mesma é o seu coroamento, sendo então inseparável da formação humana, segundo nosso autor. Entretanto, Kant nos adverte quanto ao erro que se comete quando se tenta infundir na criança uma formação religiosa baseada em conceitos teológicos, como ocorre na catequese tradicional. Para ele é impossível que as crianças, ainda incapazes por força da idade de qualquer noção de responsabilidade moral, possam entender o que significa um dever para com Deus. O procedimento ideal seria, então, instruir as crianças mostrando a ordem e a beleza do universo, dizendo a elas que tudo isto é obra de um ente Supremo, que é, ao mesmo tempo, um legislador moral do mundo<sup>51</sup>.

Deve-se também evitar falar às crianças apresentando a elas a noção de Deus como alguém a quem se deve temer. Deve-se apresentar a natureza como um todo ordenado tendo em vista a preservação das espécies e a perpetuação das mesmas. “O melhor modo de dar um conceito claro de Deus seria compará-lo desde cedo, por analogia, ao conceito de um pai, sobre cujos cuidados estamos; chega-se assim, com facilidade, a uma unidade do gênero humano como uma só família”<sup>52</sup>.

Para Kant a religião não se resume a um conjunto de rituais e práticas externas que as pessoas executam sem maiores conseqüências na vida delas. Conforme suas palavras, a religião é uma moral aplicada ao conhecimento de Deus:

Se uma religião não se une à moral, então ela se torna simplesmente um modo de se solicitar favores. Os cânticos, as preces, o freqüentar a igreja, tudo isso deve servir *unicamente para dar aos homens novas forças e nova coragem* para se tornarem melhores; ou ser a expressão de um coração animado pela representação do dever. Tudo isso é preparação para as boas obras, mas não são obras boas em si. *Não podemos agradar ao ser supremo a não ser tornando-nos melhores*<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> “É dever do pai cuidar para que os filhos não contraiam esse hábito, pois que as mães geralmente dão a ele pouca ou nenhuma importância, quando não vêem nisso uma prova adúladora das disposições e capacidade superiores de seus filhos” (Sobre a Pedagogia, p. 81).

<sup>51</sup> KANT, Immanuel. Op. cit., p. 97.

<sup>52</sup> Op. cit., p. 98.

<sup>53</sup> “A religião que estiver fundamentada unicamente na Teologia nada pode conter de moralidade. Nessa situação o homem terá apenas, de um lado, temor, e de outro, intenção e vontade de ser



A consciência, diz Kant, é a lei dentro de nós e aquilo que definimos como remorso de consciência é a voz de Deus ecoando dentro do nosso íntimo, uma vez que dentro de nós, conforme afirma Kant, Deus edificou seu trono e sua cadeira de juiz: “A criança deve aprender a reverenciar a Deus primeiro como senhor de sua vida e do universo, depois como providente, e, finalmente, como juiz”<sup>54</sup>.

A consciência humana, desde seu início, jamais poderá permanecer nos limites do individualismo, sendo importante orientar o jovem de acordo com os três interesses fundamentais de nossa alma: nós próprios; os outros; a humanidade<sup>55</sup>.

### 1.3 A boa vontade

A boa vontade aparece como uma das exigências fundamentais da doutrina moral kantiana, sendo até mesmo o seu ponto de partida. É elogiada por Kant como o que possa haver de melhor neste mundo<sup>56</sup>. Tamanha é a sua importância que, sem ela, pouco adiantará a uma pessoa as qualidades positivas que por acaso possam possuir. Se a pessoa, por mais inteligente que seja, não for norteadada pelos princípios de uma boa vontade, essa sua inteligência poderá levá-la à própria ruína. A experiência nos mostra que, quando um marginal é inteligente, bem maior será a sua capacidade de prejudicar os outros:

Poder, riqueza, honra, mesmo a saúde, e todo bem-estar e contentamento com a sua sorte sob o nome de felicidade, dão ânimo, que muitas vezes, por isso mesmo desanda em soberba, se não existir também a boa vontade que corrija a sua influência sobre a alma e juntamente todo o princípio de agir e lhe dê utilidade geral; isto sem mencionar o fato de que um espectador razoável e imparcial, em face da prosperidade ininterrupta dum pessoa a quem não adorna nenhum traço dum pura e boa vontade, nunca poderá sentir satisfação, e assim a boa vontade parece constituir a condição indispensável do próprio fato de sermos dignos de felicidade<sup>57</sup>.

Kant nos lembra que a boa vontade não tem valor por força dos resultados práticos que possa apresentar, mas deve ser avaliada por si mesma, valendo muito mais do que os resultados grandiosos que possam alcançar quando os mesmos são

---

premiado; o que provocará um culto supersticioso. A moral deve, portanto, preceder; a Teologia deve seguir aquela, isto é, a religião”. (Sobre a Pedagogia, pp. 98-99).

<sup>54</sup> Op. cit., p. 101.

<sup>55</sup> Op. cit., p. 106.

<sup>56</sup> “A faculdade do desejo cujo fundamento determinante – e daí até mesmo o que lhe é agradável – se encontra na razão do sujeito e é chamada vontade. A vontade é, portanto, a faculdade do desejo considerada não tanto em relação a sua ação (como o é a escolha), porém mais em relação ao fundamento que determina a escolha para a ação. A vontade, ela mesma, estritamente falando, não possui fundamento determinante; na medida em que é capaz de determinar a escolha, ela é, ao contrário, a própria razão prática”. (KANT, Immanuel. MC, p. 63).

<sup>57</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 22.

praticados tendo em vista alguma recompensa. Ao mesmo tempo, a boa vontade tem muito mais mérito do que tudo aquilo que alguém possa realizar por força de uma inclinação natural<sup>58</sup>.

Kant tenta explicar de forma bastante argumentativa, qual a finalidade e a utilidade da boa vontade no que diz respeito ao homem e aos seus fins, e para isto analisa a natureza como um todo ordenado que nada faz sem intenção<sup>59</sup>. Se é verdade que a natureza não age de forma aleatória, se todas as disposições por ela atribuídas a um determinado ente tem em vista a sua perfeição, cabe aqui indagar qual a utilidade da razão do ponto de vista da natureza. Para Kant, a razão não foi dada ao homem pela sabedoria da natureza tendo em vista a sua preservação, satisfação ou felicidade, realizações que os instintos desempenhariam com a maior eficiência, tornando então inútil a atividade da razão. Parece que do ponto de vista da natureza, das suas intenções, a razão e a felicidade estão situadas em terrenos opostos. Kant nos lembra que quanto mais a pessoa investe no cultivo da razão tentando levar uma existência regulada por princípios racionais, mais ela percebe o quanto de satisfação e felicidade perderá, por conta das renúncias que deverá fazer e de muitas coisas agradáveis que terá de se abster. Se é um fato que a razão não é capaz de conduzir por si só o homem à felicidade (*Glückseligkeit*), ela terá uma outra função na vida humana: produzir uma boa vontade (*der guten Wille*), que conforme nos diz Kant, “não será na verdade o único bem nem o bem total, mas terá de ser contudo o bem supremo e a condição de tudo o mais, mesmo de toda a aspiração de felicidade”<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> “Ainda mesmo que por um desfavor especial do destino ou pelo apetrechamento avaro duma natureza madrasta, faltasse totalmente a esta boa vontade o poder de fazer vencer as suas intenções, mesmo que nada pudesse alcançar a despeito dos seus maiores esforços, e só afinal restasse a boa vontade (é claro que não se trata aqui de um simples desejo, mas sim do emprego de todos os meios de que as nossas forças dispunham), ela ficaria brilhando por si mesma como uma jóia, como alguma coisa que em si mesmo tem o seu valor” (KANT, Immanuel.FMC, p. 23).

<sup>59</sup> A crença numa teleologia ou finalidade na natureza é algo muito presente no pensamento da antiguidade, principalmente em Aristóteles: “O mundo não é feito de tal maneira que os seres estejam isolados uns dos outros; há entre eles uma relação mútua em vista de um fim. O princípio da missão de cada coisa no universo é a própria natureza; quero dizer, por exemplo, que no mundo todos devem acabar dissolvendo-se nos seus elementos e que há ainda outras funções que todos compartilham para o bem do conjunto” (ARISTÓTELES. Metafísica, XII, 1075a, São Paulo: Globo, [s/d], p.10, 15-17).

<sup>60</sup> “...a razão, que reconhece o seu supremo destino prático na fundação de uma boa vontade, ao alcançar esta intenção é capaz de uma só satisfação conforme a sua própria índole, isto é a que pode achar ao atingir um fim em que só determina, ainda que isto possa estar ligado a muito dano causado aos fins da inclinação” (KANT, Immanuel. FMC, p. 26).

A boa vontade, por sua vez, não é um desejo puramente subjetivo, algo parecido com aquilo que se costuma designar como uma boa intenção apenas. A boa vontade aparece ligada ao conceito de dever, e aqui, Kant faz a distinção entre as ações praticadas conforme ao dever e ações por dever. A ação praticada por dever é aquela na qual a vontade age livremente independente de qualquer inclinação, tendo tão somente em vista o cumprimento da lei moral em conformidade com máximas, ainda que isto possa acarretar o constrangimento das inclinações<sup>61</sup>. A ação praticada conforme ao dever é aquela na qual o agir do indivíduo é motivado pela exigência radical do cumprimento da lei positiva; assim como pelo prazer de determinadas tendências ou inclinações subjetivas: “eu afirmo, porém que neste caso, uma tal ação, por conforme (*Pflichtmässig*) ao dever, por amável que ela seja, não tem, contudo nenhum valor moral...”<sup>62</sup>. Ao fazer a separação entre ações por dever e ações conforme ao dever, Kant está apresentando conseqüentemente a distinção entre a esfera da moralidade, pertencente à filosofia moral e a legalidade, pertencente a doutrina do direito<sup>63</sup>. Podemos então, de acordo com Kant, determinar as exigências fundamentais para que uma ação possa ser tida como moral: 1) ação moral é aquela que não tem em vista a satisfação de qualquer exigência da sensibilidade ou inclinação, mas tão somente visa a satisfação do dever; 2) ação moral é aquela que é executada sem ter em vista qualquer outra finalidade que não seja a máxima que a determina; 3) ação moral é aquela que não é movida por outra inclinação a não ser o respeito à lei. “Na conduta moral, cada impulso subjetivo deve

---

<sup>61</sup> “O valor moral da ação não reside, portanto, no efeito que dela se espera; também não reside em qualquer princípio da ação que precise de pedir este móbil a este efeito esperado. Pois todos estes efeitos (a amenidade da nossa situação, e mesmo o fomento da felicidade alheia) podiam também ser alcançados por outras causas, e não se precisava portanto para tal da vontade de um ser racional, na qual vontade – e só nela – se pode encontrar o bem supremo incondicionado”. (KANT, Immanuel. FMC, pp. 31-32).

<sup>62</sup> Op. cit., p. 28.

<sup>63</sup> “Tem-se a moralidade quando a ação é cumprida por dever; tem-se ao invés a pura e simples legalidade, quando a ação é cumprida em conformidade ao dever, mas segundo alguma inclinação ou interesse diferente do puro respeito ao dever. Em outras palavras, a legislação moral é aquela que não admite que uma ação possa ser cumprida segundo inclinação ou interesse; a legislação jurídica ao contrário é a que aceita simplesmente a conformidade da ação à lei e não se interessa pelas inclinações ou interesses que a determinam. Finalmente, quando eu atuo de determinada maneira porque este é meu dever, cumpro uma ação moral; por outro lado, quando atuo de determinada maneira para conformar-me à lei, mas ao mesmo tempo porque é do meu interesse ou corresponde a minha inclinação, tal ação não é moral, mas somente legal” (BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant. Tradução: Alfredo Fait. Revisão: Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969, p. 54).

ser excluído; o único impulso subjetivo compatível com a moralidade é o sentido de respeito à lei moral que deve vencer qualquer outra inclinação”<sup>64</sup>.

Há então que se esclarecer qual a natureza desta lei cuja observância, independente de qualquer móvel sensível ou inclinação, é suficiente para determinar uma boa vontade no seu sentido mais radical. Segundo Kant, a vontade, uma vez que se sente liberta de estímulos originários de qualquer lei particular, haverá então que se regular por uma lei universal: “O princípio supremo da doutrina dos costumes é, portanto: age com base em uma máxima que pode também ter validade como uma lei universal. Qualquer máxima que não seja assim qualificada é contrária à moral”<sup>65</sup>. Em virtude disso, deverá o indivíduo examinar a sua consciência no sentido de descobrir se a máxima<sup>66</sup> que resolveu adotar como lema para regular sua vida, pode igualmente ser estendida à totalidade dos seres humanos<sup>67</sup>. Kant esclarece ainda que a recusa da máxima deverá ter por critério, não o prejuízo que o exercício da mesma possa acarretar ao indivíduo e aos outros, mas o simples fato de que a mesma jamais possa figurar como princípio numa legislação universal.

Para Kant a razão humana, por mais simples que seja, já é previamente dotada de um conhecimento moral que lhe é próprio e lhe permite discernimento do que é bom e do que é mau. Discernimento este que é para a razão, nas palavras de Kant, como uma “bússola”, permitindo ao sujeito a percepção do que é conforme ao dever ou que lhe é contrário. Assim sendo, jamais precisará alguém ser instruído para receber, como que vindo de fora, aquilo que a natureza lhe proporciona gratuitamente.

A suficiência natural da razão humana, no sentido de julgar a realidade ordinária da vida tornará então dispensável qualquer contribuição que possa vir da

---

<sup>64</sup> BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant, p. 54.

<sup>65</sup> “A lei moral é o fundamento único e suficiente da determinação. A liberdade deve representar essa lei e fazer dela a única máxima de sua ação. E essa lei, como sabemos, caracteriza-se pela pura forma de universalidade” (HERRERO, Francisco Javier. Religião e História em Kant (Tradução: José A. Ceschin) Coleção Filosofia 16. São Paulo: Loyola, 1991, p. 38).

<sup>66</sup> “Uma máxima é um princípio subjetivo de ação, um princípio que o próprio sujeito converte em sua regra (como ele deseja agir); o princípio de dever, por outro lado, é um princípio que a razão a ele prescreve absolutamente e, assim, objetivamente (como ele deve agir)” (KANT, Immanuel. MC, p. 68).

<sup>67</sup> “Na opinião de Kant, a ação moral consiste, em grande parte em testar as máximas por meio das várias formulações do imperativo categórico. Esse exame da avaliação das máximas é o modo como a lei objetiva da razão se relaciona como uma vontade sujeita a outras influências e inclinações” (CAYGILL, Howard. Dicionário Kant. Tradução: Álvaro Cabral. Revisão Técnica: Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 226).

ciência e da filosofia, e Kant reconhece que, neste terreno, o homem simples, que apenas se orienta pelos dotes de uma razão comum, poderá obter melhores resultados do que o homem de conhecimento formal:

E aqui não nos podemos furtar de uma certa admiração ao ver que a capacidade prática de julgar se avanta tanto à capacidade teórica no entendimento humano vulgar. Nesta última, quando a razão vulgar se atreve a afastar-se das leis da experiência e dos dados dos sentidos, vai cair em puras incompreensibilidades e contradições consigo mesma, ou, pelo menos, num caos de incerteza, escuridão e inconstância<sup>68</sup>.

Se é verdade que a razão vulgar consegue êxito bem maior que o filósofo, quando atua no campo do conhecimento daquilo que todo ser humano deve saber<sup>69</sup>, ocorre, por outro lado, o perigo de se confundir quando penetra no campo prático, relativo à moralidade onde é obrigado a fazer julgamentos sem poder servir-se de elementos sensíveis originários da experiência, terreno este que conhece muito bem. Kant coloca então a questão de saber qual seria a utilidade da filosofia, se a razão natural do ser humano já é capaz de lhe indicar o que deve fazer para ser bom e virtuoso. A filosofia poderia até mesmo atrapalhar e dificultar as coisas, “porque o filósofo não pode ter outro princípio que o homem vulgar, mas o seu juízo pode ser facilmente perturbado e desviado do direito caminho por uma multidão de considerações estranhas ao caso”<sup>70</sup>.

Para Kant, a filosofia não pode então ser considerada inútil e sem sentido, desculpando-se de que a razão humana é suficiente para dispensar os seus serviços. Não se trata igualmente de atribuir a ela a função de ordenar e sistematizar a doutrina moral, sem exercer qualquer papel junto ao indivíduo. A tarefa da filosofia, não é nutrir a pessoa de conhecimento, mas oferecer-lhe *segurança*, uma vez que “a inocência é uma coisa admirável; mas é por outro lado muito triste que ela se possa preservar tão mal e se deixe tão facilmente seduzir”<sup>71</sup>.

<sup>68</sup> KANT, Immanuel. FMC. p. 22.

<sup>69</sup> A facilidade que todo homem tem em saber o que é bom ou o que é ruim é proveniente da voz de sua consciência: “todo ser humano tem uma consciência e se vê observado, ameaçado e, em geral, conservado no assombro (respeito associado ao medo) por um juiz íntimo, e esta autoridade, vigilante da lei dentro dele, não é algo que ele próprio (voluntariamente) produz, mas algo incorporado em seu ser. Acompanha-o como sua sombra quando ele planeja escapar. Ele pode, realmente, atordoar-se ou reduzir-se ao sono por força de prazeres e distrações, mas não consegue voltar a si ou despertar de tempos a tempos; e quando o faz, ouve imediatamente aquela voz terrível. Ele pode, no máximo, na extrema objeção conseguir não dar mais atenção a ela, mas não pode ainda deixar de ouvi-la” (KANT, Immanuel. MC. p. 280).

<sup>70</sup> KANT, Immanuel. FMC. p. 22.

<sup>71</sup> Op. cit., p. 23.

Kant aponta onde é que reside o ponto fraco desta “razão natural” carente de segurança: é que ela consiste mais em fazer ou não fazer do que em conhecer, por isto mesmo, precisa da ciência, “para assegurar as suas prescrições, entradas nas almas e para lhe dar estabilidade”<sup>72</sup>. É exatamente aqui que devemos atentar para a “boa vontade” tão elogiada por Kant: quem se acostumou a “fazer ou não fazer”, quando se move em certas atividades da vida ordinária, com o auxílio de meios sensíveis, como poderá, no caso da moralidade, ter que aderir a algo tão abstrato como uma máxima que lhe impõe a exigência do *dever*?

---

<sup>72</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 23.

## 2. A ESTRUTURA DA RAZÃO COMO FUNDAMENTO DA MORAL

É um fato para Kant que se a doutrina da moralidade deve ter caráter universal, deverá então possuir bases sólidas, ultrapassando assim o terreno movediço da experiência, sempre capaz de nos enganar e se mostrar contraditória. Se é verdade que a física, enquanto ciência da natureza, tem que admitir a necessidade de justificar os seus princípios valendo-se da experiência, o mesmo não ocorre na moral, entendida por Kant como Ciência dos Costumes, uma vez que esta deverá legitimar os seus princípios sem qualquer mediação de móveis sensíveis: “com efeito, conceitos e juízos sobre nós mesmos e nossas ações e omissões não têm significado moral algum, se o conteúdo deles puder ser apreendido meramente a partir da experiência”<sup>73</sup>.

Se o mundo exterior, enquanto totalidade de objetos sensíveis, não oferece qualquer possibilidade de oferecer fundamento para a moral, cabe então, encontrar estes princípios em outro lugar. O procedimento adotado por Kant consiste, por conseguinte, em analisar detalhadamente a estrutura da própria razão humana, no sentido de encontrar nela princípios sólidos nos quais a moralidade possa ganhar bases consistentes: “temos nós de seguir e descrever claramente a faculdade prática da razão, partindo das suas regras universais de determinação, até o ponto em que dela brota o conceito de dever”<sup>74</sup>.

### 2.1 A boa vontade no agir moral

Oferecer fundamentos consistentes para a doutrina da moralidade aparece como uma preocupação fundamental para Kant, principalmente após haver constatado as limitações e a fragilidade da boa vontade, baseada em juízos da empiria.

Neste sentido, o conceito de dever, exigência fundamental da moralidade, não obstante ser retirado da razão comum, jamais poderá ser tomado como proveniente

---

<sup>73</sup> KANT, Immanuel. MC. p. 17

<sup>74</sup> “É claro então que somente uma Metafísica dos Costumes, enquanto estudo dos princípios racionais a priori da nossa conduta, pode satisfazer a exigência de expor os fundamentos da doutrina moral. Disso se segue que o estudo empírico não é fundamento do estudo racional mas o racional é fundamento do empírico” (KANT, Immanuel. FMC. p. 46 apud BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant: Pensamento político, p. 52).

da experiência, sendo exatamente aqui que a razão humana vulgar se mostra insuficiente.

Se por um lado a razão por meio da consciência dita ao homem aquilo que ele deverá fazer para ser virtuoso, por outro lado, há o aspecto particular do sujeito com suas tendências<sup>75</sup> e indicações que lhe dificultam o cumprimento do dever imposto pela razão:

O homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe representa como tão dignos de respeito: são as suas necessidades e inclinações cuja total satisfação ele resume sob o nome de felicidade. Ora a razão impõe as suas prescrições sem nada, aliás, prometer às inclinações, irremittentemente, e também como que com menosprezo e menoscabo daquelas pretensões tão tumultosas e aparentemente tão justificadas (e que se não querem deixar eliminar por qualquer ordem). Daqui nasce uma dialética natural, quer dizer uma tendência para opor arrojados e subtilezas às leis severas do dever, para pôr em dúvida a sua validade ou pelo menos a sua pureza e o seu rigor e para fazer mais conformes, se possível, aos nossos desejos e inclinações, isto é, no fundo, para corrompê-los e despojá-los de toda a sua dignidade, o que a própria razão vulgar acaba por condenar<sup>76</sup>.

Ao constatar o quanto é difícil seguir, o que lhe é cobrado pela razão e as inúmeras exigências que a vida moralmente correta requer, o indivíduo reluta, percebendo que nada tem a ganhar, uma vez que conforme nos diz Kant, a razão não promete a felicidade muito embora exija a moralidade<sup>77</sup>. Há ainda uma tendência humana natural da razão comum de pautar-se em exemplos, no que agindo assim, nega a validade dos princípios morais, fazendo com que estes não sejam aferidos pela razão. Seguir exemplos é seguir a pessoa, entretanto seguir a máxima universal é seguir uma lei.

Para Kant esse procedimento é totalmente inadmissível, uma vez que “não se poderia também prestar pior serviço à moralidade do que querer extraí-la de exemplos”<sup>78</sup>. Nem mesmo Jesus Cristo poderia ser tomado por alguém como exemplo de vida a ser seguido. “Mesmo o Santo do Evangelho tem primeiro que ser

<sup>75</sup> “O homem tem também outras máximas próprias do seu ser sensível que se opõe às máximas do dever. O homem não age sempre moralmente, pois de fato nele existe também outros motivos de determinações da vontade” (HERRERO, Javier. Op. cit., p. 26).

<sup>76</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 37.

<sup>77</sup> “Satisfazer ao mandamento categórico da moralidade está sempre em poder de cada um: satisfazer ao preceito empírico condicionado da felicidade só raramente é possível”. (KANT, Immanuel. CRPr. p. 49).

<sup>78</sup> “Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma ação, conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever”. (KANT, Immanuel. FMC, p. 40 e 42).



comparado com o ideal de perfeição moral antes de o reconhecermos por tal [...]”<sup>79</sup>. A figura de Cristo serve apenas para mostrar ao homem que um outro ser humano cumpriu a lei moral na sua radicalidade<sup>80</sup>. Seguir o exemplo de alguém significa, de certo modo, orientar-se por atitude ou ações que chamam a nossa atenção pelo significado ou pelo resultado, mas Kant nos lembra que “quando se fala de valor moral não é das ações em si que se trata, mas dos seus princípios íntimos que não se vêem”<sup>81</sup>.

Coloca-se então o problema de saber se a lei moral tem condições de ser cumprida por seres humanos, de certa maneira, divididos entre aquilo que a razão lhes dita e os limites que lhes são impostos pela mecanicidade da natureza. O cumprimento gratuito desinteressado da lei sem qualquer outra motivação é tida pelo próprio Kant como algo muito difícil, já que todo agir humano é marcado por certas motivações:

Basta que lancemos os olhos aos ensaios sobre a moralidade feitos conforme o gosto preferido para breve encontrar. Mas ora, a idéia do destino particular da natureza humana (mas por vezes também a de uma natureza racional em geral), ora a perfeição, ora a felicidade, aqui. O sentimento moral, acolá o temor de Deus, um pouco disto, mais um pouco daquilo, numa mistura espantosa...<sup>82</sup>

A moral, como a compreende Kant, jamais poderá tomar como referência qualquer motivação externa e por isto mesmo não ganha legitimidade fundamentando suas exigências em conceitos retirados da natureza, pelo fato dos mesmos sempre remeterem ao campo da experiência. Quanto mais a moralidade estiver distante da experiência, mais elevada será. Resulta daí que os seus

<sup>79</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 42.

<sup>80</sup> “Ora, o ideal da humanidade agradável a Deus (portanto, de uma perfeição moral, tal como ela é possível no ser mundano dependente de necessidades de inclinações) não o podemos pensar de outro modo a não ser sob a idéia de um homem que estaria pronto não só a cumprir ele próprio todo o dever do homem e a difundir ao mesmo tempo a sua volta, pela doutrina e pelo exemplo, o bem no maior âmbito possível, mas também embora tentado pelas maiores atrações a tomar sobre si todos os sofrimentos, até a morte mais ignominiosa, pelo bem do mundo, e inclusive, pelos seus inimigos – pois o homem não pode para si fazer conceito algum do grau e do vigor de uma força como é a de uma intenção moral, a não ser que a imagine lutando contra obstáculos e, apesar de tudo, vencendo no meio das maiores tentações possíveis (KANT, Immanuel. A Religião nos Limites da Simples Razão, p. 67).

<sup>81</sup> “Por isso, o motivo da ação da vontade livre deve ser algo que se encontra radicado na essência interior do próprio homem e é inseparável da liberdade da vontade. Ora tal é a lei moral que nos arranca tão completamente a natureza e sobre ela nos eleva, que como seres racionais, não precisamos das coisas naturais para causas e móveis de ação da nossa vontade nem a podemos olhar como móbil do nosso querer”. (KANT, Immanuel. O Conflito das Faculdades. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 89).

<sup>82</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 44.

princípios básicos devem ser tirados da própria razão pura<sup>83</sup>. Kant acredita que a pura representação do dever como totalmente derivada da lei moral e sem qualquer resquício sensível, teria maior poder de convencimento do que qualquer móbil proveniente da experiência objetiva, sempre capaz de se mostrar contraditório<sup>84</sup>.

## 2.2 O Imperativo Hipotético

Uma vez mostrada a limitação da moralidade popular fundada na experiência e após ser constatada a fragilidade do senso comum por não tornar possível o livre cumprimento do dever<sup>85</sup>, Kant passa então a adotar outro procedimento. Se o mundo da experiência não pode sustentar a moralidade, então deve-se procurar os seus princípios analisando o próprio sujeito que produz a experiência. Se a moralidade não deve ser julgada de fora, por aquilo que apresenta em obras, mas pela intenção, que não é visível, o sujeito não pode igualmente ser analisado como realidade objetiva exterior. Este é o procedimento adotado pelas ciências empíricas. Deve-se aqui analisar o homem na sua interioridade, tarefa esta delegada à Metafísica<sup>86</sup>, enquanto ciência que trabalha com princípios puros. Estão nos princípios a fonte única dos conceitos puros pelos quais o homem deve guiar a sua vida como também para deixar claro o lugar de todo esse conhecimento racional.

Compreender o homem na sua essência significa explicá-lo pela sua razão, na medida em que ela é a fonte dos nossos atos<sup>87</sup>. É exatamente daí que surge a

---

<sup>83</sup> "...exatamente nesta pureza da sua origem reside a sua dignidade para nos servirmos de princípios práticos supremos; que cada vez que lhes acrescentamos qualquer coisa de empírico diminuimos em igual medida a sua pura influência e o valor ilimitado das ações; que não só o exige a maior necessidade sobre o ponto de vista teórico quando se trata apenas de especulação, mas que é também da maior importância prática tirar da razão pura os seus conceitos e leis, expô-los com pureza e sem mistura e mesmo determinar o âmbito de todo este conhecimento racional prático mas puro, isto é, toda a capacidade da razão pura prática" (KANT, Immanuel. FMC, p. 46).

<sup>84</sup> "Platão observou muito bem que a nossa capacidade cognitiva sente uma necessidade bem mais alta do que simplesmente soletrar fenômenos, segundo uma unidade sintética, para poder lê-los como experiência, e que a nossa razão eleva-se naturalmente a conhecimentos, que transcendem, de muito, a capacidade de qualquer objeto proporcionável pela experiência, de jamais conseguir com os mesmos. Tais conhecimentos possuem, apesar disso, a sua realidade e de modo algum são simples quimeras" (KANT, Immanuel. CRP, p. 241).

<sup>85</sup> "Justamente porque pertence mesmo ao mundo racional e ao mundo sensível é necessário que o homem cumpra um espaço para subtrair-se às inclinações sensíveis e prevalecer sobre ela a voz da razão". (GALLEFF, Romano. A Filosofia de Emanuel Kant. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 130).

<sup>86</sup> "Com efeito, é com a Metafísica que estão relacionados os problemas da existência de Deus, da imortalidade da alma, da liberdade do homem: problemas que não nos podem ser indiferentes. Ainda que não nos fosse dado resolvê-los não poderíamos deixar de formulá-los" (PASCAL, Georges. 8. ed. O Pensamento de Kant. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 30).

<sup>87</sup> "...é preciso buscar na própria razão as regras e os limites de sua atividade a fim de saber até que ponto podemos confiar na razão. Este mesmo exame, empreendido primeiro no tocante a razão

necessidade de uma Metafísica dos Costumes cuja finalidade é demonstrar a importância da lei e de sua validade para perfeição moral dos seres humanos<sup>88</sup>.

Kant começa então por mostrar a diferença radical que separa o homem dos outros entes, pois enquanto estes são passivos e determinados mecanicamente pelas leis que regulam a ordem da natureza, o homem, enquanto ser de liberdade e razão, é capaz de entender o significado das leis e agir segundo a representação dos seus princípios. Nos seres da natureza o agir obedece, ao menos aparentemente, ao que é imposto pela lei, já o comportamento humano requer o uso da vontade, enquanto cabe a ela encontrar o sentido da lei e regular assim as ações do sujeito.

Kant nos apresenta então o conflito entre a razão e a vontade pelo fato de nem sempre a vontade ser regida por aquilo que a razão determina. Isto se deve ao fato de que a vontade humana tem profundas dificuldades em agir sem motivações sensíveis, sem algo mais que possa gratificar as inclinações<sup>89</sup>. Para que a vontade humana possa ajustar-se ao princípio que lhe é apresentado pela razão, ela deverá ser obrigada ou coagida por meio de um imperativo:

O próprio conceito de dever já é o conceito de um constrangimento (coação) da livre escolha da lei. Este constrangimento pode ser um constrangimento externo ou um autoconstrangimento. O imperativo moral torna constrangimento conhecido através da natureza categórica de seu pronunciamento (o dever incondicional). Esse constrangimento, portanto, não se aplica a seres racionais em geral (poderia haver também seres racionais sagrados), mas sim a seres humanos, seres naturais racionais, que são suficientemente não sagrados para que o prazer possa induzi-los a transgredir a lei moral, ainda que reconheçam sua autoridade; e mesmo quando efetivamente obedecem à lei, eles o fazem relutantemente (diante da oposição proveniente de suas inclinações), e é nisto que consiste tal constrangimento<sup>90</sup>.

---

especulativa, Kant irá entendê-lo depois a razão considerada como princípios de nossa razão, e, enfim, a razão considerada como fonte de nossos juízos estéticos e teológicos, na Crítica do Juízo” (PASCAL, Georges. O Pensamento de Kant. p. 33).

<sup>88</sup> “Se, portanto, um sistema de cognição a priori a partir exclusivamente de conceitos é denominado Metafísica, como a filosofia prática que não tem a natureza, mas a liberdade de escolha por seu objeto, pressuporá e quererá uma Metafísica dos Costumes, isto é, é ela mesma um dever de ter uma tal metafísica e todo ser humano também a tem dentro de si mesmo, ainda que em geral, somente de uma forma obscura, pois sem princípios como poderia ele crer que tem dentro de si mesmo uma lei universal”. (MC, p. 59).

<sup>89</sup> “Uma vontade perfeita determinar-se-ia sempre pela razão conformando-se de imediato às leis racionais. Mas no homem a vontade não é perfeita: está sujeita não só a razão como também a condições subjetivas, isto é, a fluência das inclinações da sensibilidade. Assim, o conflito entre a razão e a sensibilidade na determinação da vontade” (PASCAL, Georges. O Pensamento de Kant, p. 120).

<sup>90</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 224.

O imperativo se apresenta, por conseguinte, como um dever ou uma exigência radical a uma vontade que não é totalmente boa e que é incapaz de agir sem escorar-se em móveis sensíveis. “Uma vontade perfeitamente boa estaria submetida a leis objetivas (do bem), mas não se poderiam representar como ações conforme à lei, pois ela só pode ser representada e determinada pela representação do bem”<sup>91</sup>.

Existem duas modalidades de imperativos: os imperativos hipotéticos e os imperativos categóricos. Os imperativos hipotéticos são aqueles que nos apresentam determinada ação, não como tendo fim em si mesma, mas como direcionada para outra finalidade<sup>92</sup>. Já o imperativo categórico nos apresenta numa ação como tendo nela própria o seu valor, sem que tenha em mente a realização de outros fins. O imperativo categórico, por conseguinte, é aquele que mais interessa a Kant por ser o imperativo próprio da moralidade<sup>93</sup>.

O imperativo hipotético se manifesta em duas modalidades: as regras de habilidade e os conselhos de prudência. Ao prescrever as regras de habilidade basta o sujeito ter em vista e querer a finalidade, para querer, conseqüentemente, o meio indispensável para alcançá-la. No que diz respeito aos conselhos de prudência, ocorre exatamente a mesma coisa. Compete ainda ao imperativo hipotético, prescrever os meios para que o homem possa alcançar a própria felicidade: “O conselho contém na verdade uma necessidade mais que só pode valer sob condições subjetivas e contingentes de este ou aquele homem considerar isto ou aquilo contando para sua felicidade”<sup>94</sup>. O grande problema, segundo Kant, é que não se pode colocar como um imperativo ou uma exigência universal a questão da felicidade, por se tratar de algo tão abstrato ou impessoal, também pelo fato de cada indivíduo ter sua noção de felicidade<sup>95</sup>.

---

<sup>91</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 49.

<sup>92</sup> “Estes imperativos podem por isso chamar-se imperativos de destreza. Se a finalidade é razoável e boa não importa aqui saber, mas tão somente o que se tem de fazer para alcançá-la. As regras que um médico segue para curar o seu doente e às vezes que seguem o envenenador para matar são de igual valor neste sentido de que qualquer delas serve para conseguir perfeitamente a intenção própria” (Op. cit., 51).

<sup>93</sup> Cf. FMC, p. 52.

<sup>94</sup> Cf. FMC, p. 53.

<sup>95</sup> “...O conceito de felicidade é tão indeterminado que, se bem que todo homem a deseje alcançar, ele nunca pode dizer ao certo que de acordo consigo o que ele deseja e quer. A causa disto é que todos os elementos que pertencem ao conceito de felicidade são na verdade empíricos, quer dizer, tem que ser tirados da experiência, e que portanto para a idéia de felicidade é necessário um todo absoluto, um máximo de bem-estar, no meu estado presente e em todo futuro” (Op. cit., p. 55).

### 2.3 O Imperativo Categórico

O imperativo categórico é exatamente aquele que mais interessa a Kant por ser um imperativo que prescreve, não a felicidade, mas a moralidade. Enquanto o imperativo hipotético apóia-se em realidades e pressupostos tirados da experiência, o imperativo categórico, na medida em que determina as exigências da conduta moral, é totalmente a priori. De acordo com Kant, tão somente o imperativo categórico se apresenta como uma lei prática, enquanto todos os outros são princípios da vontade, mas não leis:

... porque o que é somente necessário para se alcançar qualquer fim pode ser considerado em si como contingente, e podemos a todo o tempo libertarmos da prescrição renunciado à intenção ao passo que o mandamento incondicional não deixa à vontade a liberdade de escolha relativamente ao contrário do que ordena, só ele tendo portanto em si aquela necessidade que exigimos na lei<sup>96</sup>.

Kant nos lembra o fato de que o imperativo categórico, por impor-se totalmente a priori, sem a referência a qualquer exemplo material jamais poderá ser comprovado empiricamente. Ocorre então o fato de o imperativo categórico, por força das limitações humanas, aparecer como hipotético, uma vez que, conforme as palavras do próprio Kant, “não podemos encontrar nenhum exemplo seguro em que a vontade seja determinada somente pela lei, sem qualquer outro móbile (*Triebfeder*), embora assim pareça”<sup>97</sup>.

Kant reconhece então a dificuldade que acarreta o imperativo categórico, pelo fato de jamais podermos justificar a possibilidade do mesmo apelando para a experiência, o que seria uma contradição com o próprio sentido kantiano de moralidade. Enquanto o imperativo hipotético é facilmente verificado por tornar manifesto a condição que lhe é dada, o imperativo categórico contém a lei e a necessidade da máxima que postula a conformidade com a lei, e se apresenta da seguinte forma: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”<sup>98</sup>.

<sup>96</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 57.

<sup>97</sup> “De fato a constatação empírica nos faz colher somente o aspecto exterior de uma ação: não podemos realmente por este meio, penetrar no íntimo do agente, na sua vontade, onde unicamente reside a moralidade de sua ação. E então compreende-se que, embora apresentando-se a sua ação conforme a lei moral, ela pode ser substancialmente, isto é, em relação a máxima subjetiva que a determina destituída de todo valor moral”. (GALLEFF, Romano. A Filosofia de Immanuel Kant. p. 143).

<sup>98</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 59.

A possibilidade do imperativo categórico e de sua exigência radical se coloca então como um desafio ou um dilema que é preciso resolver. É necessário, antes de tudo, saber como se pode pretender que um ente marcado pelas leis da natureza e de seu mecanismo, possa então aderir a princípios abstratos e universais, como as máximas de moralidade, tendo em vista que as mesmas se afastam de qualquer experiência. Em outras palavras, como resolver o conflito entre natureza e liberdade para poder então conceber a moralidade, exigindo o imperativo categórico.

Kant tenta encontrar a solução lembrando que o homem pertence a duas esferas diferentes da realidade, designadas por ele como “mundo sensível” e “mundo inteligível”, e que não são instâncias opostas, uma vez que o mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível e das suas leis<sup>99</sup>. A argumentação kantiana é então justificada quando afirma que a vontade humana não é um fenômeno (*Erscheinung*) como os outros originários da natureza. Ela não pertence ao mundo sensível, mas ao mundo inteligível. Procedendo-se assim, evita-se o fatalismo que prende o homem de forma radical ao mecanismo da natureza aos quais ele está sujeito como animal. Por outro lado, a própria idéia de liberdade já liga o homem ao plano inteligível<sup>100</sup>. O imperativo categórico é ainda capaz de ser pensável como possível, na medida em que, para Kant, as influências da sensibilidade (*Sinnlichkeit*) não determinam por si só o agir humano, não negando igualmente a consciência que o sujeito é capaz de ter de si como ser inteligente<sup>101</sup>.

Para Kant a prova mais evidente de que é possível um imperativo categórico pode muito bem ser retirada da experiência que o homem é capaz de fazer quando reflete sobre a sua própria interioridade. O ser humano sente dentro do mais íntimo

---

<sup>99</sup> Conforme afirma Kant, as idéias de Deus, de um mundo inteligível e da imortalidade são determinadas por predicados retirados da própria natureza humana, “então não é permitido considerar esta determinação nem como realização sensível dessas puras idéias racionais (antropomorfismos), nem como conhecimento transcendente de objetos suprasensíveis, pois, estes predicados não são outros senão o entendimento e vontade e, claro está, considerados na sua relação recíproca como deve ser concebidos na lei moral, portanto, apenas enquanto dele se faz um uso prático puro”. (KANT, Immanuel. CRPr, p. 156).

<sup>100</sup> “O homem que, desta maneira, se considerava como inteligência, coloca-se assim numa outra ordem de coisas e numa relação com princípios determinados de espécie totalmente diferente, quando pensa como inteligência dotada de vontade e, por conseguinte, de causalidade, do que quando se percebe como um fenômeno no mundo sensível (o que realmente também é) e subordina-se a sua causalidade, segundo leis da natureza, segundo uma determinação externa”. (KANT, Immanuel. FMC, p. 108). Para Kant o homem tomado como sujeito da moralidade e da liberdade não é uma entidade da antropologia mas uma idéia psicológica definido por ele como “alma” ou “eu pensante”. (KANT, Immanuel. Prolegômenos. Tradução: Tânia Maria Derkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 64).

<sup>101</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 110.

do seu ser a admiração pelo ideal de perfeição moral encontrada nos outros, mesmo quando na prática leva uma vida viciada. A mesma vontade que é muitas vezes arrastada pelos móveis da sensibilidade e do mundo dos fenômenos, pode igualmente se mostrar inclinada para aspirar a certo ideal de vida e a valores que não são encontrados na esfera da experiência, tais como o universo dos valores morais<sup>102</sup>.

## 2.4 Autonomia e heteronomia da vontade

A autonomia da vontade humana é o princípio fundamental da moral kantiana, e isto significa que, mesmo pertencendo ao reino da natureza o homem não é só por ela manipulado. É exatamente em virtude da autonomia de sua vontade que o homem, como ser de razão e de discernimento, é ao mesmo tempo capaz de fazer escolhas e assumir responsabilidades por suas ações. A autonomia, por conseguinte, se define como a propriedade por meio da qual a vontade toma a si mesma como lei não carecendo de qualquer mediação da natureza e tem como seu princípio, “não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente no querer mesmo como lei universal”<sup>103</sup>. A ação tendo em vista apenas o conteúdo da máxima na sua universalidade sem procurar qualquer gratificação sensível, é prerrogativa daquelas pessoas, no dizer de Kant, dotadas de “uma vontade santa”:

Esta santidade da vontade é, contudo, uma idéia prática que deve ser necessariamente servir de arquétipo (Urbild): e a única coisa que convém a todos os seres finitos racionais consiste em dela se aproximarem até o infinito; a lei moral pura, também por isso chama-se santa, põe essa idéia de um modo constante e reto diante os olhos; está seguro do progresso até o infinito das suas máximas e da firmeza das mesmas em avançar permanente, eis o que é a virtude o que é de mais elevado pode operar uma razão prática finita”<sup>104</sup>.

Ocorre, todavia, não ser a vontade humana a vontade santa capaz de ações gratuitas e desinteressadas, fato este que o próprio Kant reconhece quando se refere ao caráter de ambigüidade da nossa natureza, dotada que é da disposição

<sup>102</sup> Cf. KANT, Immanuel. FMC, p. 104.

<sup>103</sup> “Ora ter chegado a este ponto não significa, para o nosso filósofo, ter demonstrado que a vontade de todo ser racional seja necessariamente vinculada a tal regra prática, mas simplesmente que o princípio da moralidade não pode ser outra coisa senão o imperativo categórico o qual comanda justamente e unicamente aquela autonomia”. (GALLEFF, Romano. A Filosofia de Emmanuel Kant, p. 165).

<sup>104</sup> “Mas o homem não é apenas um ser do mundo inteligível, mas também um ser sensível. Por isso essa limitação pertence a essência humana. Mas, antes de investigar o fim ou os fins da vontade, temos de ter presente o que constitui como tal a existência e a dignidade do homem”. (HERRERO, Francisco Javier. Religião e História em Kant, p. 38).

para o bem e propensão para o mal<sup>105</sup>. Exatamente por isso que as nossas ações ocorrem sempre dentro dos limites do mundo humano, pelo qual a motivação do agir dificilmente é regulada pela pureza da lei e rigor da máxima. Sempre que a vontade tenta regular a ação por qualquer outro móbile além da máxima, ocorre então a heteronomia<sup>106</sup>.

Quando ocorre a heteronomia a vontade humana passa a ser regulada ou motivada por outros objetos ou gratificações que possam proporcionar-lhe algum benefício sensível. Kant nos lembra que princípios sensíveis são insuficientes e não servem para fundamentar a lei moral, pelo fato de serem eles subjetivas, enquanto a lei moral prescreve a universalidade de todos os seres racionais<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> Sobre a propensão para o mal e para o bem na natureza humana iremos encontrar uma descrição detalhada de Kant na obra “A religião nos limites da simples razão”. (KANT, Immanuel. A Religião nos limites da simples razão, p. 25 a 45).

<sup>106</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 87.

<sup>107</sup> Op. cit, p. 87.



### 3. DEVERES FUNDAMENTAIS DO HOMEM

Como já foi visto, a vontade humana encontra enormes dificuldades quando pretende orientar-se conforme princípios da lei moral, pelo fato de ser ela condicionada pelas limitações de um ente dotado de todas as contingências do mundo sensível e da mecanicidade da natureza. Se é verdade que a orientação da lei moral é proveniente da esfera inteligível e transcendental, deve-se lembrar que o sujeito concreto da moralidade é o homem, vivendo no mundo material de onde retira também outras máximas, originárias da experiência, tanto da sua vida como igualmente da vida dos outros. É exatamente aqui que surge o dilema da vontade. É o seu conflito em não querer acatar as exigências da lei que lhe é imposta sob a forma do dever, definido por Kant como “a necessidade objetiva de uma ação por obrigação”<sup>108</sup>. Em virtude disto, o dever é o próprio constrangimento da vontade:

Esse constrangimento, portanto, não se aplica a seres racionais em geral (poderia haver seres racionais sagrados), mas sim a seres humanos, seres naturais racionais, que são suficientemente não sagrados para que o prazer possa induzi-los a transgredir a lei moral, ainda que reconheçam sua autoridade; e mesmo quando obedecem a lei eles o fazem relutantemente (diante da oposição proveniente de suas inclinações) e é nisto que consiste propriamente tal constrangimento.<sup>109</sup>

O cumprimento do dever, dado a sua importância, é algo que deve ser inculcado no ser humano ainda na infância<sup>110</sup>, por isto mesmo, o seu cumprimento só é possível por meio da virtude, definida por Kant como “a moralidade humana no estágio mais elevado”<sup>111</sup>. A coragem aparece aqui como aquela virtude por meio da qual o homem se arrisca a enfrentar os desafios e os obstáculos que a sua própria natureza lhe oferece.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 84.

<sup>109</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 223-224.

<sup>110</sup> “É preciso ensinar-lhe, da melhor maneira, através de exemplos e com regras, os deveres a cumprir. Esses deveres são aqueles costumeiros que as crianças têm com relação a si mesmos e aos demais. Eles se deduzem da natureza das coisas”. (KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia, p. 89).

<sup>111</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 227

<sup>112</sup> “Ora, a faculdade e a intenção deliberada de resistir a um oponente vigoroso, mas injusto, é a coragem (fortudo) e, no que tange ao que se opõe a disposição moral em nós, a virtude. Assim, a parte da doutrina geral dos deveres que resulta em liberdade interior, e não exterior, sob as leis é uma doutrina da virtude” (Op. cit., p, 224).

### 3.1. Deveres do homem para consigo mesmo

#### *O dever de preservar a própria vida:*

De acordo com Kant, o dever moral se apresenta sob duas modalidades propriamente ditas: deveres do homem com relação a si próprio e deveres para com os outros, em virtude da sua natureza de ser social. Há ainda o dever para com Deus ou o dever religioso, situado numa outra esfera diferente da esfera moral.<sup>113</sup> Dentre os deveres que o homem tem com relação à sua pessoa, como ser animal, o primeiro deles é o dever de manter-se vivo. Assim sendo, o suicídio aparece aqui como ato reprovável, uma vez que ele é a negação da vida:

O suicídio é um crime (assassínio). Pode ser considerado também como uma violação de nosso dever com outros seres humanos. O dever mútuo entre marido e mulher, dos pais em relação a seus filhos, de um súdito em relação à autoridade ou aos seus concidadãos e, finalmente, mesmo uma violação do dever relativamente a Deus, como nosso abandono do posto que nos foi destinado no mundo por Ele sem termos sido chamados a deixá-lo.<sup>114</sup>

Kant encontra um outro argumento para desqualificar o suicídio. Segundo ele, o fato de alguém acabar com a própria vida seria a erradicação da própria existência de moralidade no mundo, o que seria promover o rebaixamento da humanidade, instância esta a quem o homem foi confiado para sua preservação<sup>115</sup>. É igualmente condenável a amputação de uma determinada parte do corpo, a não ser quando isto se faz por motivo de doença da referida parte: “cortar o próprio cabelo não pode ser considerado como crime, ainda que cortá-lo com o fito de vendê-lo não seja inteiramente isento de culpa”<sup>116</sup>.

#### *O pudor versus concupiscência:*

A castidade ou pudor, diz Kant, é igualmente um dever que o ser humano tem para consigo mesmo. O contrário do pudor é a *concupiscência*, que consiste no uso do próprio corpo e do corpo dos outros, contrariando os fins da natureza, que reside na procriação e perpetuação da espécie. Assim sendo, ele condena o prazer ou desejo carnal fora da procriação como sendo algo que diminui o ser humano reduzindo-o à esfera da pura animalidade: “a concupiscência é classificada como não natural caso se seja despertado para ela não por um objeto real, mas pela

<sup>113</sup> Kant parte dos deveres do homem com relação a Deus, lembrando que os mesmos se definem, não na esfera da filosofia prática, mas da religião (Cf. KANT, Immanuel. MC, p. 330).

<sup>114</sup> Op. cit., p. 264.

<sup>115</sup> Cf. KANT, Immanuel. MC, p. 264-265.

<sup>116</sup> Op. cit., p. 265.

imaginação, de modo que o próprio indivíduo cria um objeto que é contrário ao propósito natural.<sup>117</sup>

A concupiscência constitui-se, assim, numa transgressão do homem para consigo mesmo, pois conforme nos diz Kant, por meio dela o homem degrada a sua própria pessoa. A procura do prazer fora da função natural do corpo significa a violação da personalidade do sujeito<sup>118</sup>.

Kant nos lembra que a inclinação sexual nos proporciona o mais intenso prazer que os sentidos podem experimentar na relação com objetos sensíveis, havendo, porém, uma diferença muito grande com relação a outros prazeres – trata-se de um prazer proveniente da relação com uma outra pessoa e que pelo fato de ser pessoa, jamais poderá ser tomada como meio, visto que o ser humano é um fim em si mesmo: “trata-se um tipo singular de prazer (*sui generis*) e este ardor nada tem em comum com amor moral propriamente dito, embora possa unir-se estreitamente com este no âmbito das limitações de uma razão prática”<sup>119</sup>.

#### *A temperança versus gula:*

A temperança é a virtude que consiste no uso correto da alimentação e da bebida tendo em vista tão somente os seus fins naturais. A finalidade do alimento e da bebida é tão somente a nutrição e a manutenção do corpo e isto é um dever que o homem tem para consigo, enquanto animal. A embriaguez e a gula são, por isto mesmo, tidas como vícios, sendo então condenáveis, uma vez que o prazer é aqui procurado como fim, desviando o ato de alimentar-se da sua função natural.

Kant nos lembra que a embriaguez e a gula são condenáveis por dois motivos – antes de tudo, por trazer danos à saúde do homem; em segundo plano, por degradá-lo na sua integridade como pessoa:

Um ser humano embriagado se assemelha a um mero animal. Quando empanturrado com comida se encontra numa condição em que está incapacitado durante muito tempo para produzir ações que dele exigiriam uso de seus poderes com habilidade e moderação. É óbvio que se reduzir a um tal estado viola um dever para consigo mesmo.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 267.

<sup>118</sup> “A concupiscência não natural, porém, que é completa entrega de si mesma à inclinação animal, faz do ser humano não só um objeto de gozo como, adicionalmente, uma coisa que é contrária à natureza, isto é, um objeto repugnante e, assim, o priva de todo respeito por si mesma” (KANT, Immanuel. FMC, p. 268).

<sup>119</sup> Op. cit., p. 268.

<sup>120</sup> Op. cit., p. 269.

Kant não se coloca categoricamente contra a participação em banquetes tidos por ele como “convites à intemperança”. Muito embora sendo um banquete “um convite formal ao excesso”, é possível se vislumbrar aqui certos vestígios de finalidade moral: o banquete propicia igualmente o reencontro e a oportunidade de conagração e diálogo entre as pessoas. Há apenas que se proceder de forma moderada evitando-se os exageros.<sup>121</sup>

*A veracidade versus mentira:*

Se é verdade que a manutenção da própria vida ou cuidado de si é o primeiro dever do homem como ser animal, a veracidade ou honestidade é igualmente o primeiro dever do homem como ser moral. Por isso mesmo, a mentira é simplesmente reprovável, e conforme as palavras de Kant, nada há que a justifique como acontece na doutrina do direito<sup>122</sup>.

Kant analisa a mentira sob dois aspectos: externo e interno. O seu aspecto externo torna o mentiroso objeto de desprezo e de repúdio aos olhos dos outros, enquanto a mentira interna produz efeitos ainda mais negativos, tornando o ser humano desprezível a si próprio e violando assim a humanidade supostamente presente na sua pessoa. O ato de mentir é ainda reprovável por entrar em contradição com aquilo que pensa o indivíduo, uma vez que o mentiroso nada mais é do que alguém que diz algo diverso daquilo que se encontra no seu íntimo.

A condenação formal da mentira não abre exceção. Kant não reconhece nem mesmo a validade de certas mentiras quando estas têm em vista o bem de outra pessoa<sup>123</sup>. De qualquer forma, “a insinceridade é mera falta de escrupulosidade, isto é, de pureza no que professamos ante o nosso juiz interior, que é concebido como uma outra pessoa quando a escrupulosidade é tomada com absoluto rigor”<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 270.

<sup>122</sup> “Na doutrina do direito uma inverdade intencional é chamada de mentira somente se violar o direito de outrem: mas na ética, onde nenhuma autorização é derivada da inocuidade, fica claro de per si que nenhuma inverdade intencional na manifestação dos pensamentos de alguém pode eximir-se dessa áspera denominação, pois a desonra (sendo um objeto de desprezo moral) que acompanha uma mentira, também acompanha um mentiroso como sua sombra” (KANT, Immanuel. MC, p. 271).

<sup>123</sup> Sobre esse assunto iremos encontrar a atitude radical de Kant no artigo: “Sobre o suposto direito de mentir por amor da humanidade”. (KANT, Immanuel. Textos Selectos, p. 118).

<sup>124</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 272.

*O dever da benevolência para consigo próprio:*

A benevolência para consigo próprio é uma virtude que o homem deve cultivar, na medida em que ela consiste nos cuidados que ele deve ter para com sua própria pessoa. Reprova-se aqui a mesquinha ou atitude do homem profundamente preocupado em economizar, abstendo-se assim da satisfação de determinadas necessidades perfeitamente legítimas a que tem direito para poder viver bem.

Kant nos lembra que, tanto a mesquinha quanto a prodigalidade ou ganância, são condenáveis pelo conteúdo objetivo de suas máximas. A máxima que norteia o que serve de fundamento ao comportamento do ganancioso, consiste em procurar obter todos os meios possíveis para o bem viver com a intenção do prazer. A máxima do mesquinho reside em adquirir todos os meios do bem viver sem a intenção do prazer. Tanto em um caso como no outro, o fim procurado é somente a posse dos bens<sup>125</sup>. Assim sendo, o egoísmo é então o sentimento que alimenta, tanto o agir do ganancioso como igualmente do mesquinho. A mesquinhez aparece então, como uma verdadeira inversão da ordem das coisas, uma vez que, a finalidade dos bens materiais é ser submisso aos desígnios do homem, não o contrário.

*O dever de um ser humano de ser o seu próprio juiz:*

Kant se refere aqui a uma das prerrogativas fundamentais do ser humano como ser livre e racional: a liberdade de consciência. O fato de possuir uma consciência coloca o homem numa situação particular com relação aos outros entes. Em virtude disso ele não precisará recorrer a outras instâncias para saber o que há de fazer e qual o critério entre o justo e o injusto, uma vez que, nas palavras do próprio Kant, “a consciência é o juiz interior de todas as ações livres”<sup>126</sup>.

Trata-se então de explicar qual a verdadeira natureza da consciência, e se não se quiser cair em contradições, há que se conceber a consciência humana como outra instância diferente e exterior ao indivíduo. A *consciência*, diz Kant, deverá ser então imaginada como “uma pessoa ideal, uma corte de justiça instalada no interior do ser humano”:

---

<sup>125</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 274

<sup>126</sup> Op. cit., p. 281.

Ora, visto que um tal ser moral precisa também possuir todo o poder (no céu e na terra) a fim de dar efeito às suas leis (como necessariamente requerida pela função de juiz) e visto que um tal ser moral independente é chamado de Deus, a consciência tem que ser pensada como um princípio subjetivo de ser responsável perante Deus por todas as nossas ações<sup>127</sup>.

O julgamento da consciência absolvendo o indivíduo, nos lembra Kant, não significa aqui a promessa de qualquer recompensa, algo do que o indivíduo tem necessariamente que esperar por se achar merecedor. A consciência não promete nada e o seu encorajamento é tão somente negativo. O julgamento positivo da consciência apenas encoraja o homem a preservar a virtude como uma luta contra a influência do princípio do mal instaurado no seu próprio ser<sup>128</sup>.

A exigência que se faz para que o homem saiba escutar a voz da sua consciência, tem por finalidade levá-lo a um maior conhecimento de si e da sua verdadeira natureza. Trata-se de um empreendimento penoso, descrito por Kant como “inferno do autoconhecimento”, mas segundo ele, “capaz de pavimentar o caminho para a divinização”<sup>129</sup>.

#### *O dever de auto-estima:*

Se é um fato que a humildade é uma virtude desejável, há que se saber situá-la dentro dos seus verdadeiros limites, para que assim se possa preservá-la do servilismo e do total ensombreamento da personalidade. Muito embora situado igualmente como um ser de profundas limitações, quando se trata de observar o homem do ponto de vista da sua animalidade, é ele igualmente possuidor de um valor infinito quando tomado na sua dignidade de pessoa:

A humanidade em sua pessoa é o objeto do respeito de sua parte, exigível de todo outro ser humano, mas que ele, por sua vez, também não pode perder. Por conseguinte, ele pode e deve valorar-se tanto por um baixo padrão tanto por um alto padrão, dependendo de si vê a si mesmo como ser dotado de sentido (em termos de sua natureza animal) ou como um ser inteligível (em termos de sua predisposição moral)<sup>130</sup>.

Kant nos lembra que o sentimento que o homem possa ter da sua insignificância como animal, jamais deverá pôr em risco a sua dignidade de ser

<sup>127</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 281.

<sup>128</sup> Op cit, p. 282.

<sup>129</sup> Op cit, p. 283.

<sup>130</sup> O valor do homem como pessoa foi uma novidade introduzida pelo Cristianismo, sendo por isto mesmo, desconhecida dos maiores pensadores da antiguidade pagã: “se argumentarmos que o homem é o melhor dos animais, isto não fará diferença, pois há outras coisas mais divinas em sua própria natureza do que o homem. (os corpos que constituem o universo são o exemplo mais evidente desta afirmação)”. (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, VI, 7. 1140. Brasília: Editora UNB, 2002).

humano racional. Em virtude disso, ele deve cultivar a sua auto-estima moral como um dever, por isto mesmo, “renunciar a qualquer pretensão ao valor moral em si próprio na crença de que com isso se adquirirá um valor emprestado, é servilismo moralmente falso”<sup>131</sup>.

Para Kant, incorre igualmente em erro o homem que por falsa humildade, pretende comparar-se aos outros, sendo este ato tido por hipocrisia, contrariando assim o dever que o sujeito tem para consigo mesmo. Há que se ter em mente que a verdadeira humildade transcorre quando, ao contrário de medir-se aos outros, faz o sujeito a sua comparação com a lei moral na sua integridade e vigor<sup>132</sup>.

*O dever de desenvolver a própria perfeição natural:*

É dever de um ser humano cultivar a totalidade de suas disposições naturais, tanto no que diz respeito ao corpo como igualmente com relação ao espírito e à alma. “O ser humano deve a si mesmo não deixar ocioso e, por assim dizer, enferrujando as predisposições e faculdades naturais que sua razão pode um dia usar”<sup>133</sup>. Kant se refere, antes de tudo, aos poderes do espírito, definidos por ele como aquelas faculdades que os indivíduos exercitam por meio da própria razão. É exatamente aqui que o homem se manifesta como capaz de criatividade, uma vez que os poderes do espírito não são originários da experiência, existindo, portanto, *a priori*. Estes poderes se concretizam no exercício da matemática, da lógica e da filosofia<sup>134</sup>.

Os poderes da alma dizem respeito às atividades exercidas pelo homem e que se pode definir como a esfera da sabedoria prática. São os poderes ou dotes da alma que permitem ao sujeito, por meio do aprendizado da experiência, o exercício das artes e das chamadas ciências produtivas, permitindo assim, a criação da diversidade dos bens da cultura e da transformação do mundo<sup>135</sup>.

Há, finalmente, o dever do homem com relação ao seu corpo e aos seus poderes, aos quais se deverá prestar os devidos cuidados. Por meio da ginástica o homem deve cultivar a saúde e a boa disposição do seu corpo, uma vez que, sem o

<sup>131</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 267

<sup>132</sup> “Não sejas o laçao de homem algum. Não permitas que os outros pisem impunemente sobre teus direitos. Não contraias qualquer dívida para a qual não possas dar plena garantia. Sejas parcimonioso, para que não te tornes no futuro um necessitado” (Op. cit., p. 278).

<sup>133</sup> Op. cit., p. 286.

<sup>134</sup> Op. cit., p. 287.

<sup>135</sup> Op. cit., p. 287.

bom funcionamento da sua parte material, estaria ele impedido de realizar os seus fins. Kant não atribui a qualquer destes poderes um certo valor de superioridade, tarefa esta que deverá ficar para cada indivíduo, de acordo com seus gostos e seus valores, “são matérias que cabem a eles eleger de acordo com sua própria reflexão racional em torno de que tipo de vida gostaria de trilhar e se possui os poderes necessários a ela”<sup>136</sup>.

### 3.1.3 O dever de aumentar a própria perfeição moral

Este dever do homem para consigo mesmo e que consiste no aumento da própria perfeição moral, reside no preparo de todas as disposições do sujeito para que o mesmo possa acatar a lei moral em toda a sua plenitude, o que requer o desprendimento de todos os móbilis relacionados com a sensibilidade:

Aqui o comando é: “sê santo”. Em segundo lugar, na medida em que tem a ver com inteiro fim moral de alguém, essa perfeição consiste objetivamente em cumprir todos os próprios deveres e em atingir plenamente o próprio fim moral no tocante a si mesmo. Aqui o comando é: “sê perfeito”.<sup>137</sup>

Kant nos lembra que este chamado do homem à perfeição é tão somente um princípio regulador, uma espécie de horizonte último que ele deverá ter diante de si como sua meta. Há que se reconhecer, por outro lado, o aspecto real da natureza frágil do homem com toda a sua carga de limitações. Este ideal de perfeição, diz Kant, é algo que jamais se poderá alcançar nesta vida<sup>138</sup>, mas nem por isso se pode tomá-lo como uma abstração, cabendo ao sujeito a tarefa de empenhar-se para dele se apropriar na medida de suas possibilidades.

## 3.2. Deveres do homem para com os outros

De acordo com Kant, o homem, não obstante uma série de deveres para consigo, visando sua perfeição natural e moral, tem igualmente deveres para com os outros, exigência originária da sua natureza social e comunitária. Entre os deveres que o homem é obrigado a ter para com os outros, o dever de amor e o dever de respeito aparecem como os mais importantes:

O dever de amor pelo próximo pode, por conseguinte, também ser expresso como o dever de fazer dos fins dos outros o meu próprio fim (desde, unicamente, que estes não sejam imorais). O dever de respeito por meu próximo está contido na máxima de não degradar outro ser humano,

<sup>136</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 287.

<sup>137</sup> Op. cit., p. 288.

<sup>138</sup> Op. cit., p. 288.



reduzindo-o a um mero meio para os meus fins (não exigir que outrem descarte a si mesmo para escravizar-se a favor do meu fim)”<sup>139</sup>.

As relações ou leis de dever entre os seres humanos são referidos, conforme nos diz Kant, ao mundo inteligível, esfera esta que diz respeito ao mundo moral. Por outro lado, reconhecemos que estas relações acontecem no mundo humano que são afetadas pelas leis da natureza. Em virtude disso pode-se estabelecer uma certa analogia entre as relações humanas e as relações que ocorrem na natureza, reguladas pelos princípios de atração e repulsão. No caso dos seres humanos, a reciprocidade do amor é vínculo que possibilita a aproximação, enquanto o dever de respeito deve existir para estabelecer um certo distanciamento entre eles<sup>140</sup>.

Kant nos lembra que o amor aos seres humanos não deve ser entendido como mero sentimento ou emoção que nos coloca numa relação de comparação com as pessoas fazendo com que nos sintamos inferiores a elas, assim como ocorre no comportamento de uma criança com relação a seus pais ou um aluno com relação ao seu professor: “É, ao contrário, para ser entendido como a máxima da limitação de nossa auto-estima pela dignidade da humanidade presente numa outra pessoa e, assim, com respeito no sentido prático”<sup>141</sup>.

O dever de amor para com o próximo tem um significado de que se faça dos fins dos outros o nosso próprio fim, enquanto o dever de respeito exige que não degrademos nem humilhemos outro ser humano transformando-o em um meio para os nossos interesses.

O dever de amor para com o próximo se apresenta como a regra básica de perfeição moral humana, constituindo um dever nosso para com os outros. Por se tratar de um dever e não de uma inclinação natural, aparece aqui o constrangimento, exigindo assim, que a nossa relação com os outros seja regulada por uma máxima e não por qualquer elemento sensível: “quero que todos os demais sejam

---

<sup>139</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 293.

<sup>140</sup> “Neste contexto, todavia, o amor não é para ser entendido como sentimento (sensação), isto é, como prazer na perfeição de outros seres humanos; o amor não é para ser entendido como regozijo neles (uma vez que os outros não podem submeter alguém a obrigação de ter sentimentos). Tem, ao contrário, que ser concebido como a máxima da benevolência (como prático), que resulta em beneficência”. (KANT, Immanuel. Op. cit., p. 292).

<sup>141</sup> “Realizando o dever de amor com alguém submeto outro a obrigação; torno a mim mesmo merecedor a partir dele. Mas, ao observar um dever de respeito, submeto apenas a mim mesmo a uma obrigação; mantendo a mim mesmo dentro de meus próprios limites de maneira a não diminuir nada do valor que o outro, como ser humano, está autorizado a creditar para si”. (Op. cit., p. 292 e 293).

benevolentes comigo – conseqüentemente, devo ser benevolente com todos os demais”<sup>142</sup>.

*O dever de beneficência:*

O dever da beneficência é uma das divisões do dever de amor, consistindo em “promover com os próprios meios a felicidade de outros seres humanos necessitados, sem esperar por algo em retorno”<sup>143</sup>. Trata-se aqui de um dever para com a universalidade do gênero humano, regulado pela máxima do interesse comum no meio, da qual o indivíduo naturalmente se coloca.

Kant nos fala aqui do dever das pessoas ricas com relação às menos favorecidas, alertando quanto ao cuidado que se deve ter em agir de maneira discreta para que a pessoa beneficiada não se sinta humilhada e diminuída. A generosidade, em muitos casos, pode ser, tão somente um gesto externo ou a porta de saída para a manifestação da vaidade. Neste caso, devemos ter o cuidado para não querer aparecer.

A beneficência, por outro lado, não é uma virtude que deva e possa ser exercida tão somente por pessoas ricas. Kant nos lembra até mesmo o fato de que, para estas, desfazer-se de qualquer importância para suprir as necessidades de alguém não requer qualquer sacrifício ou constrangimento. Em virtude disso, nos lembra ele, “esta virtude é maior quando os recursos do benfeitor são limitados e ele é suficientemente forte para discretamente assumir sobre si mesmo a adversidade da qual poupa outro ser humano”<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 294.

<sup>143</sup> O dever de beneficência tem como seu contrário a inveja, entendida como incapacidade para fazer o bem aos outros e se alegrar com isso: “Quando ela irrompe de maneira ativa no sentido de eliminar o bem-estar dos outros, é chamada de inveja propriamente dita, qualificada; de outro modo, trata-se meramente de ciúme. E, no entanto, a inveja é somente uma disposição indiretamente malevolente, a saber, uma relutância em ver o nosso próprio bem-estar eclipsado pelo bem-estar do outro porque o padrão que usamos para ver o quão bem estamos não é o valor intrínseco do nosso próprio bem-estar, mas como se mostra ele comparável à aquele de outros”. (KANT, Immanuel. MC, p. 296 e 302).

<sup>144</sup> “Dispor dos recursos para praticar tal benevolência enquanto dependentes dos deveres é, majoritariamente, em resultado de certos seres humanos serem favorecidos, através da injustiça do governo, o que introduz uma desigualdade de riqueza que faz com que os outros necessitem da beneficência deles”. (Op. cit., p. 297-298).

*O dever de gratidão:*

Kant nos diz que a gratidão é um dever, sendo, por isto mesmo, um constrangimento da vontade de acordo com a lei moral. A gratidão consiste em honrar uma determinada pessoa de quem recebemos um certo benefício:

O sentimento ligado a este julgamento é o respeito pelo benfeitor (quem submete alguém a obrigação), ao passo que o benfeitor é visto apenas numa relação de amor relativamente ao recebedor. Mesmo a mera benevolência cordial da parte de outro ser humano, destituída de resultados físicos, merece ser chamada de dever de virtude, e esta é a base para a distinção entre a gratidão ativa e a meramente afetiva<sup>145</sup>.

Tamanha é a importância da gratidão que Kant chega a considerá-la como um dever sagrado, sendo que a sua transgressão pode ser tomada como um exemplo escandaloso capaz de por em risco o estímulo moral à beneficência. Kant lembra ainda que a simples retribuição de um favor recebido não é suficiente para livrar a pessoa favorecida da obrigação por ele, uma vez que o recebedor jamais poderá retirar do benfeitor a sua parcela de merecimento.

O critério da intensidade da gratidão, bem como a obrigação e esta virtude por parte do receptor, reside na utilidade deste favor. Deve-se, então, na medida em que for possível, procurar retribuir os serviços recebidos, no caso do benfeitor ainda viver; se isso não for possível procurar beneficiar os outros. Kant nos lembra que o sentido maior da gratidão é tornar possível o exercício e o cultivo do amor pelos seres humanos<sup>146</sup>.

*O dever de solidariedade:*

A solidariedade situa-se entre os mais nobres deveres de amor que se pode manifestar para com os seres humanos e se caracteriza pela capacidade que alguém manifesta em saber partilhar as alegrias e tristezas dos seus semelhantes. Conforme nos diz Kant, trata-se de algo previamente estabelecido na criatura humana pela sabedoria da natureza que nada faz sem a devida finalidade:

<sup>145</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 298.

<sup>146</sup> Kant considera a ingratidão para com o benfeitor algo simplesmente reprovável: “O que torna possível um tal vício é compreender mal o próprio dever para consigo mesmo, o dever de não necessitar e pedir benevolência dos outros, uma vez que isso nos coloca em obrigação relativamente a eles, mas preferir suportar as misérias da vida sozinho, a pôr o fardo dela sobre os outros, incorrendo com isso em débito, pois teremos que, ao demonstrar gratidão assumirmos a posição inferior de um dependente em relação ao seu protetor, o que é contrário à real auto-estima”. (Op. cit., p. 299 e 303).

A natureza já implantou nos seres humanos a receptividade a esses sentimentos. Entretanto, usá-la como um meio para promover benevolência ativa e racional é ainda um dever particular, não bastando apenas condicional. É ainda chamado de dever de humanidade (humanitas) porque o ser humano é considerado aqui não só como um ser racional, mas também como um ser animal dotado de razão<sup>147</sup>.

O dever de solidariedade é então inseparável do sentimento de sociabilidade. Em virtude disto Kant reconhece que a humanidade do homem se define pela capacidade de participar do sentimento dos outros, tanto na alegria como igualmente na tristeza. O sentimento de receptividade do homem com relação aos outros é então entendido como sendo da própria natureza<sup>148</sup>.

O dever de solidariedade, lembra-nos Kant, exige que não nos afastemos dos pobres e dos lugares freqüentados por eles, mas, ao contrário, devemos ir ao encontro dos mesmos. Devemos evitar o afastamento das enfermarias e da presença dos doentes e sofredores, muito embora contrariando o procedimento ordinário da nossa natureza humana. Há ainda, segundo Kant, alguns obstáculos que se colocam diante de nós, dificultando, assim, o cumprimento do dever de solidariedade para com os outros. Estes obstáculos são:

a) a inveja, que se apresenta como uma propensão do indivíduo para não se alegrar e não se sentir bem com o êxito dos outros; pelo contrário, o invejoso se sente até mesmo agredido com a vitória do seu semelhante. Em outras palavras, a pessoa invejosa torce sempre contra, uma vez que a felicidade dos outros aparece como algo que atrapalha e tem incidência na sua própria<sup>149</sup>.

b) a ingratidão, conforme Kant, diz respeito ao sentimento de ódio ou até mesmo de indiferença para com os nossos benfeitores, sendo por ele definida como

---

<sup>147</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 300.

<sup>148</sup> “De fato, quando uma outra pessoa sofre e embora eu não possa ajudá-la, me permito ser contaminado por sua dor (através de minha imaginação), então nós dois sofremos, ainda que o mal realmente afete apenas um. Mas, possivelmente, não possa haver um dever de aumentar os males do mundo e assim fazer o bem por compaixão. Isso seria, também, uma espécie insultuosa de benevolência, uma vez que expressa o tipo de benevolência que se tem por alguém indigno, ao que se chama de piedade, o que não tem lugar nas relações recíprocas das pessoas, já que não lhes cabe exibir sua dignidade para serem felizes”. (Op. cit., 301-302).

<sup>149</sup> “Sentimentos de inveja estão, portanto, presentes na natureza humana e somente quando irrompem constituem realmente o vício abominável de uma paixão obstinada que tortura a nós mesmos e visa, ao menos do ponto de vista de nossos próprios desejos, a destruição da boa sorte dos outros. Este vício é, portanto, contrário ao dever de cada um para consigo mesmo, bem como para com os outros”. (Op. cit., p. 302).

um dos vícios mais detestáveis “pois paralisa a amor aos seres humanos sobre sua cabeça e faz degenerar a ausência do amor para odiar aquele que ama”<sup>150</sup>.

c) a malícia se apresenta como o último dos obstáculos a dificultar o nosso dever de solidariedade para com o próximo. A malícia reside no fato do indivíduo sentir satisfação com a desgraça dos outros, torcendo então para o insucesso e ruína dos seus semelhantes, sendo apontado por Kant como algo não estranho à natureza do homem, sendo até certo ponto tolerável. Na visão kantiana, somos portadores de uma elevada parcela de sadismo natural:

É, na verdade natural que, segundo a lei da imaginação, a saber, a do contraste, sentimos nosso próprio bem-estar, e mesmo nossa boa conduta, mais intensamente quando o infortúnio dos outros ou sua queda no escândalo é colocada ao lado de nossa própria condição como um relevo que o exibe a uma luz maximamente resplandecente<sup>151</sup>.

Muito embora reconhecendo como sendo inseparável da natureza humana a existência de uma elevada dose de malícia, Kant nos lembra o quanto há de pernicioso, quando, conscientemente nos alegamos por algo de ruim que venha a acontecer ao nosso próximo. Proceder assim, diz ele, é manter ódio para com os seres humanos, atitude esta que se opõe ao dever de amor que devemos nutrir para com os outros. Para Kant a sede de vingança se apresenta como a mais doce forma de malícia.

Kant nos lembra que todo ser humano tem o legítimo direito ao respeito por parte dos outros, sendo, por conseguinte, obrigado a retribuir o respeito recebido: “A humanidade ela mesma é uma dignidade, pois um ser humano não pode ser usado meramente como meio por qualquer ser humano (quer por outros quer inclusive, por si mesmo), mas deve sempre ser usado ao mesmo tempo como um fim”<sup>152</sup>. Trata-se aqui de colocar à luz o valor da dignidade da pessoa humana e da sua suprema originalidade com relação a todos os outros. Por ser pessoa, ser humano algum jamais poderá ser colocado ou reduzido à categoria de mero objeto.

Em virtude disso, Kant considera uma falta grave o desprezo e o desrespeito para com os outros: “Por vezes não se pode, é verdade, impedir-se intimamente de menosprezar alguns no confronto com outros; a exteriorização disto é, entretanto,

<sup>150</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 303.

<sup>151</sup> Op. cit., p. 303.

<sup>152</sup> Op. cit., p. 306.

uma ofensa”<sup>153</sup>. Assim sendo, até mesmo um homem depravado, independente da reprovação que se possa nutrir por seus defeitos, enquanto pessoa humana, continua merecendo o nosso respeito.

O dever de solidariedade exige de nós uma elevada parcela de compreensão diante dos erros do nosso próximo, procurando não censurar seus desvios nem achá-los absurdos, mas procurando descobrir a possível parcela de verdade capaz de ser detectada em cada um deles:

O mesmo se aplica à censura do vício que jamais deve descambar no completo desprezo e negação de qualquer valor moral a um ser humano corrupto, pois nessa hipótese ele jamais poderia melhorar, o que não é coerente com a idéia do ser humano que, como tal, enquanto um ser moral, nunca pode perder sua predição para o bem<sup>154</sup>.

Para Kant o sentimento moral é o respeito pela lei no seu aspecto subjetivo, sendo que este sentimento é idêntico à percepção que temos do nosso dever. Em virtude disso, o respeito a cada ser humano como ser moral é um dever de nossa parte, sendo igualmente um direito que o outro pode reivindicar.

### 3.3 Deveres do homem para com Deus

É importante que se esclareça aqui um equívoco muito comum quando geralmente se diz que Kant reduziu a religião à moral, parecendo, assim, que esta tenha excluído aquela. A leitura atenciosa dos textos kantianos, por sua vez, mostrará que isso jamais ocorreu. Religião e moralidade são esferas diferentes, não obstante, inseparáveis. Para Kant, a moralidade leva naturalmente ao campo da religião, pois é por meio desta que se manifesta ao homem a idéia de um Ser Supremo, tido como legislador moral do mundo (Deus)<sup>155</sup>. Sem a referência a Deus como valor último, capaz de validar as ações humanas, o homem estará naturalmente condenado a se orientar pelo terreno confuso da experiência puramente mundana, condenada por Kant como incapaz de nos servir de modelo para nossas ações<sup>156</sup>. Ora, a perfeição moral do homem não pode vir de critérios oriundos da experiência, pelo contrário, o homem deve se basear sempre por um

<sup>153</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 307.

<sup>154</sup> Op. cit., p. 307.

<sup>155</sup> KANT, Immanuel. A Religião nos limites da simples razão, p. 15.

<sup>156</sup> “As idéias de Deus e de futuro, graças aos fundamentos morais, recebem uma realidade não objetivamente teórica, mas simplesmente prática, induzindo a agir como se houvesse um outro mundo”. (KANT, Immanuel. Os progressos da metafísica. Tradução: Artur Mourão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 131).

critério maior, a referência à Deus, pois o homem não é caminho a ser seguido (o homem modelo do homem).

Há, todavia, uma diferença radical entre a natureza da religião e a natureza da moralidade. A religião diz respeito à relação do homem com um ser diferente dele e, ao mesmo tempo, transcendente. Não é uma relação de reciprocidade, mas de superioridade, baseada na veneração e no respeito:

Quando se usa o nome de Deus, seu conceito deve estar presente com reverência; o homem deveria, portanto, usá-lo raramente e nunca com ligeireza. A criança deve aprender a reverenciar a Deus, primeiro como Senhor da sua vida e do universo, depois como providente e, finalmente, como seu juiz<sup>157</sup>.

Para Kant, trata-se então de compreender a religião como doutrina dos deveres a Deus, situando-se esta além dos limites da ética filosófica<sup>158</sup>. A moralidade trata das relações entre os seres humanos, entre os quais há uma certa paridade, identidade e semelhança. Neste caso, trata-se das relações entre seres racionais prevalecendo o princípio da harmonia da vontade de um com a vontade do outro. Estas relações prescrevem direitos e deveres recíprocos. Na relação religiosa, o homem tem deveres e não tem direitos; Deus, por sua vez, só tem direitos, mas não tem deveres. Não há aqui uma relação ética. Traduzindo tudo isto de maneira mais clara, Kant quer dizer que o homem não tem deveres morais para com Deus, visto não saber quais as exigências que um ser totalmente diferente dele possa lhe fazer. Não podemos, de antemão, saber qual seria a vontade de Deus a nosso respeito, pois Deus não é um ente qualquer da nossa experiência ordinária. Lembremos que, de acordo com Kant, toda ação moral recebe o seu devido valor em função da máxima que a orienta, máxima esta que tanto vale para o indivíduo como para todos os seres racionais.

A impossibilidade de uma relação moral com Deus se torna impossível, também pelo fato de não sabermos qual máxima devemos adotar para que nossa vontade possa adequar-se à vontade dele; enquanto somos igualmente impedidos e impossibilitados de saber qual máxima deverá ser adotada por Deus para agir com relação a nós, exigindo um certo nível de perfeição de nossa parte ou até mesmo reprovando nossas imperfeições. Isso não significa negar qualquer possibilidade de

---

<sup>157</sup> KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia, p. 100.

<sup>158</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 330.

uma relação mais intensa entre Deus e o homem, não separa radicalmente Criador e criatura:

O fim divino relativamente à espécie humana (no que tange criá-la e guiá-la) só pode ser pensado como procedente do amor. Isto é, como felicidade dos seres humanos (...) expressando-o em termos humanos, Deus criou seres racionais pela necessidade, por assim dizer, de ter alguma coisa externa a si mesmo que ele pudesse amar ou, pelo que pudesse também ser amado<sup>159</sup>.

Kant diz que, ao falar de uma religião nos limites da simples razão, não está querendo dizer que a religião deriva somente da simples razão, mas admite que ela tem sua fonte na História e na Revelação. Neste caso, diz ele, a religião não é pura, mas direcionada a uma história que nos é dada, em virtude disso, jamais poderá ser misturada à ética, na medida em que esta é pura filosofia prática. Pretende ele, assim agindo, mostrar que não existe qualquer conflito entre a razão prática com relação à História e à Revelação<sup>160</sup>.

Kant não desmerece a religião, mas critica de maneira bastante forte o mero ritualismo, comportamento por meio do qual a pessoa adota atitudes e manifestações exteriores como uma maneira de agradar a Deus e obter seus favores. Não se trata aqui de refutar as práticas vivenciadas no culto religioso. Kant não diz que a oração não tem sentido, assim como também freqüentar uma igreja; apenas que estas práticas não têm valores em si, servindo somente como instrumento de motivação do indivíduo para que o mesmo cumpra as exigências da moralidade. Kant não nega o valor da Bíblia por aquilo que ela possa ter de utilidade para a orientação dos homens, nega, todavia, o seu valor enquanto palavra ou revelação de Deus, pois, segundo ele, ainda que Deus falasse a nós, por força das nossas limitações sensíveis, jamais poderíamos saber com certeza se se tratava realmente de Deus:

É absolutamente impossível que, por meio dos sentidos, o homem tenha de apreender o infinito, distingui-lo e reconhecê-lo em qualquer coisa. - Mas, em alguns casos, pode muito bem convencer-se de que não pode ser Deus aquilo cuja voz ele julga ouvir; pois se o que nestes casos lhe é

<sup>159</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 332.

<sup>160</sup> “Daí, pois a importância, segundo vemos, do progresso histórico o qual envolve, necessariamente, o progresso para o melhor. Aliás, talvez seja esse o elemento mais forte da concepção de Kant, ou seja, seu vínculo à razão e a um todo orgânico que envolve outros ambientes da filosofia crítica transcendental, dando à filosofia de Kant uma sistematicidade”. (FERRAZ, Carlos Adriano. Do Juízo Teológico como Propedêutica à Teologia Moral em Kant. Coleção Filosofia 190. Porto Alegre: EDIPUGRS, 2005, p. 114).



proposto por contrário à lei moral, então, por majestosos que lhe afigure o fenômeno e ultrapassando até toda a natureza, deve tê-lo por ilusão<sup>161</sup>.

Kant nos fala de um culto moral a Deus, diferente do culto formal da religião, muito embora este último tenha igualmente o seu valor, na medida em que o homem é um ser afetado pelas exigências da materialidade, como o próprio Kant reconhece, habitante de um mundo sensível e não somente de um mundo inteligível. É esta vivência do culto moral a Deus que na visão de Kant torna todos os homens pertencentes a uma Igreja invisível e universal, muito diferente da Igreja do clericalismo, condenada por ele de maneira incisiva<sup>162</sup>.

---

<sup>161</sup> KANT, Immanuel. O Conflito das Faculdades, p. 76. “A ilusão de mediante ações religiosas do culto obter algo em vista da justificação perante Deus é superstição religiosa; assim como a ilusão de tal querer levará a cabo por meio do esforço em vista de um suposto trato com Deus é fanatismo religioso. É ilusão supersticiosa pretender tornar-se agradável a Deus por ações que todo homem consegue fazer, sem que tenha justamente de ser um homem bom”. (apud KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão, p. 176).

<sup>162</sup> “O clericalismo é, pois, a constituição de uma igreja enquanto nela reina um culto feiticista com que se depara sempre onde os princípios da moralidade não constituem a base e o essencial, mas sim mandamentos estatutários, regras de fé e observâncias”. (KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão, p. 181).

## 4 O BEM SUPREMO

O ser dotado de razão e de inquietação, o homem não se contenta simplesmente em aceitar a realidade tal como esta se lhe apresenta de forma imediata. É próprio da sua natureza questionar-se sobre as coisas mais simples que fazem parte do seu cotidiano, como também filosofar sobre o significado último da sua vida e a validade de todos os seus empreendimentos. Assim sendo, o homem persegue ao longo de sua existência uma quantidade interminável de fins imediatos com os quais vai satisfazendo suas necessidades e carecimentos materiais, o que, para muitos, é suficiente. Podemos, por outro lado, retroceder no tempo e aí iremos encontrar os seres humanos, não só enfrentando a hostilidade da natureza para sobreviver e perpetuar-se, como também fazendo perguntas que esta mesma natureza é incapaz de lhe responder. Dentre estas, está a pergunta metafísica pelo significado último da sua vida, a meta terminal de todos os seus esforços e que a tradição filosófica designa pelo nome de Soberano.

No caso da filosofia kantiana, em virtude do seu método que parte sempre de uma compreensão prévia do sujeito para depois se referir ao objeto<sup>163</sup>, há que se adotar o mesmo princípio, também ao se tratar da problemática do Soberano Bem. Lembrar que para Kant o homem é um ente marcado pelo dualismo entre a esfera sensível, que o torna pertencente ao mundo da natureza e a esfera do inteligível ou mundo moral, enquanto instância da liberdade. O mundo na natureza exige a satisfação das inclinações naturais do homem e aqui postula-se a realização da felicidade, que, por sua vez, haverá de conciliar-se com a aspiração pelo inteligível ou reino da moralidade<sup>164</sup>.

---

<sup>163</sup> Lembramos que para Kant não se pode falar de um objeto separado do sujeito, o que seria uma contradição, uma vez que o próprio objeto é em parte criação do sujeito que lhe dá a forma.

<sup>164</sup> “A condição subjetiva, sob a qual o homem (e, segundo todos os nossos conceitos de igual modo todos os seres finitos racionais) pode colocar um fim terminal subordinado à lei mencionada (lei da natureza), é a felicidade. Por conseguinte, o Supremo Bem físico possível no mundo e, tanto quanto estiver nas nossas forças, bem a realizar como fim terminal, é a felicidade, sob a condição objetiva do acordo do homem com a lei da moralidade, isto é, do merecimento de ser feliz” (KANT, Immanuel. CFJ, 2002, p. 272).

#### 4.1 A Felicidade

De acordo com Kant, “o primeiro fim da natureza seria a felicidade e segundo a cultura do homem”<sup>165</sup>. Felicidade esta que o homem entende como o gozo dos prazeres e a satisfação de todos os seus desejos e inclinações: “A felicidade consiste na satisfação de todas as nossas inclinações, tanto extensivos no que se refere a sua multiplicidade, quanto no que tange ao seu grau e também com respeito a sua duração”<sup>166</sup>.

Kant nos lembra que em virtude dos impulsos da nossa natureza, a felicidade apresenta-se como um fim que todo ser humano percebe. Entretanto, apresenta-se aqui um dilema, pois este fim jamais poderá ser considerado um dever, pois “aquilo que todos já desejam inevitavelmente, em harmonia consigo mesmo, não se enquadra no conceito de dever, que é um constrangimento a um fim adotado com relutância”<sup>167</sup>.

Lembremos que este conceito de felicidade, entendida como a entrega aos prazeres e às inclinações de forma desmedida, não é bem aquilo com o qual Kant concorda, mas algo que ele entende, na medida em que analisa o modo efetivo como o homem geralmente vive, dado o aspecto conflitivo da sua natureza, no interior da qual trava-se a luta entre o princípio bom e o princípio mau que ele deverá continuamente combater<sup>168</sup>.

Temos ainda que esclarecer certos detalhes desta felicidade entendida por Kant que aparece nas idéias de fim último do homem, unificada com a moralidade. A este respeito, é correto dizer que se trata de uma felicidade que está ao alcance do homem e que ele pode realizá-la. Se entendemos, por outro lado, a felicidade como gozo de todos os prazeres e satisfações e de todos os instintos, estaremos então diante de um problema. Jamais alguém poderá dispor de todos os meios e condições para realizar esta felicidade, que muitas vezes carece de dinheiro para adquirir determinados bens de consumo, ou de certas circunstâncias que não estão

<sup>165</sup> KANT, Immanuel. CFJ, p. 290.

<sup>166</sup> KANT, Immanuel. CRP, p. 479. “O conceito de felicidade não é tal que o homem possa abstraí-lo de seus instintos e desse modo o retire da sua animalidade nele mesmo; pelo contrário é a mera idéia de um estado, a qual ele quer adequar este último sob condições simplesmente empíricas – o que é impossível” (apud KANT, Immanuel. CJF, p. 270).

<sup>167</sup> KANT, Immanuel. MC, p. 270.

<sup>168</sup> “[...] para chegar a ser um homem moralmente bom não basta apenas deixar que se desenvolva sem obstáculo o gérmen do bem implantado na nossa espécie, mas importa combater também uma causa antagonica do mal que em nós se encontra” (KANT, Immanuel. RLSR, p. 63).

ao alcance do sujeito. Para ser feliz, no caso, teria então o homem que adotar máximas de ação totalmente contraditórias com relação às máximas da moralidade.

Do ponto de vista lógico, as máximas que regulam o princípio da felicidade e que possibilitam a sua posse, são essencialmente opostas às máximas exigidas pela moralidade. As primeiras centralizam-se na satisfação das inclinações, as últimas no domínio total das mesmas. Assim sendo, o Soberano Bem possível no mundo se apresenta como aparentemente contraditório e as aspirações do homem terminam no absurdo. A resolução do conflito entre moralidade e felicidade será então possível, na medida em que, para Kant, o mundo inteligível determina o mundo sensível, concluindo-se, assim, que a felicidade enquanto esfera pertencente ao mundo sensível terá que ser produzida pela moralidade como seu efeito.

Kant lembra ainda que, dada a diversidade do gosto particular dos indivíduos, torna-se objetivamente impossível dizer em que consiste a felicidade:

Aquilo em que cada um tem de colocar a sua felicidade depende do seu sentimento particular de prazer e desprazer e até, num só e mesmo sujeito, da diversidade das necessidades, das modificações desse sentimento; e assim, objetivamente, uma lei subjetivamente necessária (enquanto lei natural) é um princípio prático muito contingente que pode e deve ser muito diverso em diferentes sujeitos; por conseguinte, jamais pode tornar-se uma lei, porque, no desejo de felicidade, não é a forma da conformidade com a lei que importa, mas apenas a matéria, a saber, se devo aguardar prazer<sup>169</sup>.

A conclusão de Kant é que de tão pessoal e particular que é a felicidade, jamais poderá ser esta objeto de leis práticas ou leis da moralidade, uma vez que estas devem ser essencialmente universais, possíveis então a todos os homens.

A dificuldade ainda persiste quando constatamos que nada fala ao homem no sentido de lhe dizer com certeza em que consiste a felicidade, pois “se bem que todo homem a deseje alcançar, ele nunca pode dizer ao certo e de acordo consigo mesmo o que é que propriamente deseja e quer”<sup>170</sup>. Considerada então do ponto de vista empírico, Kant nos desengana, afirmando que a “felicidade não é um ideal da razão, mas da imaginação”<sup>171</sup>.

<sup>169</sup> KANT, Immanuel. CRPr, p. 36.

<sup>170</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 54.

<sup>171</sup> Op cit, p. 56. “Por conseguinte, jamais deve considerar-se como lei prática um preceito prático que inclua em si uma condição material, portanto, empírica. Pois a lei da vontade pura, que é livre, coloca esta vontade numa esfera totalmente diversa da esfera empírica e a necessidade que ela exprime, visto não dever ser nenhuma necessidade natural, pode consistir, pois, unicamente nas condições formais de uma possibilidade de uma lei em geral”. (apud KANT, Immanuel. CRPr, p. 46).

Por outro lado, se tanto a natureza como a razão conspiram contra o homem não revelando a ele qual o verdadeiro conteúdo da felicidade, como é então que se pode exigir do homem, como procede Kant, o dever de promover esta felicidade nos outros?<sup>172</sup> Não estamos assim diante de uma visível contradição? A contradição desaparece se entendemos bem a definição kantiana de felicidade, não como felicidade empírica, mas como felicidade moral. “A qual consiste na satisfação com sua própria pessoa e com a própria conduta moral e, portanto, com o que se faz”<sup>173</sup>. Assim sendo, torna-se possível contribuir para a felicidade de alguém e Kant nos aponta como isto é possível. Lembra ele o fato de ser o homem afetado pelas influências materiais impostas pela natureza, exigências estas de tal maneira necessária para manutenção da sua vida e satisfação das suas necessidades básicas: “a adversidade, o sofrimento e a carência constituem grandes tentações para a violação do próprio dever”<sup>174</sup>. Podemos então, mediante a solidariedade e a filantropia afastar a pobreza de alguém ou diminuí-la, uma vez que a pobreza extrema é um obstáculo à felicidade, sendo nas palavras do próprio Kant uma tentação para o vício.

#### 4.2 A moralidade

De início a separação entre felicidade e moralidade é apenas conceitual. Para falar de forma detalhada e descrever cada uma delas, entretanto, quando se trata de pensá-las relacionadas ao Soberano Bem do homem, tomado na sua unidade, não distante o aspecto dual da sua natureza, esta separação não é mais possível.

A felicidade sozinha está longe de constituir o bem perfeito para nossa razão. Esta última não aprova a felicidade por mais que as inclinações queiram desejá-las, a não ser que esteja unida com o merecimento de ser feliz, isto é, com a conduta moral boa. Mas a moralidade sozinha, e com esta o simples merecimento de ser feliz também está longe ainda de ser o Bem perfeito. Para tornar perfeito este bem é preciso que aquele que se comportou de modo a não se tornar indigno da felicidade possa esperar participar da mesma<sup>175</sup>.

Fica muito clara aqui a posição de Kant estabelecendo a relação incondicional entre felicidade e moralidade, isto fica mais evidente na sua definição anteriormente

<sup>172</sup> Cf. KANT, Immanuel. MC, p. 237.

<sup>173</sup> Op cit, p. 231.

<sup>174</sup> Op cit, p. 232.

<sup>175</sup> Op cit, p. 233. “A felicidade contida na idéia de fim término não é a felicidade própria enquanto princípio do amor próprio, mas apenas enquanto fim moral, portanto, como dever, pois a idéia de Soberano Bem não contém a perspectiva de felicidade pura e simples, mas apenas a de uma proporção entre ela e a dignidade do sujeito”. (apud HERRERO, Francisco Javier. Religião e História em Kant, p. 44).

vista de felicidade como “satisfação com o que se faz”. Felicidade, então, deve ser consequência das ações que o homem faz, conseqüentemente, do seu agir correto. As inclinações que habitam o homem na sua animalidade, se forem exercidas de forma desregradas e não reguladas, não somente recebem a desaprovação da razão como pensa Kant, mas recebem ainda de forma mais acentuada a desaprovação do próprio organismo da pessoa, fato este que nos mostra a experiência muitas vezes de forma bastante sensível. O mecanismo da natureza manifesta assim a sua reação. A satisfação com o que se faz de forma correta pode igualmente receber o nome de contentamento. A felicidade é então contentamento ou satisfação interior, kantianamente falando.

A moralidade, por sua vez, não pode ser pensada isoladamente com relação ao fim último ou bem maior do ser humano, pois “a razão dá ao homem esse fim-término com o dever incondicional de promovê-lo ao mundo e impõe, a priori, uma conexão necessária entre moralidade e felicidade<sup>176</sup>”. Esta conexão é naturalmente inevitável, levando-se em conta o aspecto sensível do homem, que não tem somente a disposição para a moralidade como igualmente a propensão para a carnalidade, enquanto totalidade de seu carecimento sensível, por conseguinte, deverá a moralidade pressupor a felicidade, pois é muito difícil para alguém a não ser uma vontade santa, praticar atos morais com sentimento de sua infelicidade ou descontentamento total<sup>177</sup>.

Como já foi dito inicialmente, o elemento fundante da moralidade kantiana é o homem pensado como ser autônomo, tratando-se, por conseguinte, não de um conceito sociológico ou político, mas metafísico. Kant define então a moralidade como “a relação das ações com a autonomia da vontade, isto é, como a legislação universal possível por meio das suas máximas<sup>178</sup>”. A autonomia absoluta da vontade requer que esta tenha tão somente como motivação do seu agir o cumprimento do dever, independente da recompensa ou castigo<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> KANT, Immanuel. CRP, p. 482.

<sup>177</sup> HERRERO, Francisco Javier. Religião e História em Kant, p. 44.

<sup>178</sup> “Por conseguinte, a felicidade na proporção exata com a moralidade de entes racionais, a qual os torna dignos da felicidade perfaz sozinha o Bem Supremo de um mundo ao qual temos que nos transladar segundo os preceitos da razão pura, porém prática. Trata-se, é bem verdade, unicamente de um mundo inteligível, já que o mundo sensível não nos promete semelhante unidade sistemática dos fins que parta da natureza das coisas” (KANT, Immanuel. CRP, p. 483).

<sup>179</sup> KANT, Immanuel. FMC, p. 84.

Para Kant é bem mais fácil para o homem efetivar a moralidade do que a felicidade, pois enquanto o indivíduo se encontra incapaz de qualquer máxima que ele possa seguir e indicar aos outros para a posse da felicidade “o entendimento mais vulgar pode discernir sem instrução qual a forma que, na máxima, se presta à legislação universal, e qual a que não”<sup>180</sup>. Por isto mesmo a moralidade pode se tornar objeto de um imperativo categórico, ao contrário da felicidade. Kant nos recorda ainda dos prazeres morais que tão somente são dados ao homem moralmente correto, prazeres estes vêm mais intensos e fáceis de obter do que os prazeres da felicidade. Os prazeres da vida moral o homem retira-os de si próprio, enquanto os prazeres da “felicidade” são exteriores ao sujeito, tendo ele de comprá-los e, em alguns casos, obtê-los com muito sacrifício. A vida virtuosa já é por si mesma prazerosa<sup>181</sup>.

A moralidade é ainda mais fácil para o homem pelo fato de ter ele dentro de si a consciência moral, não obstante a situação degradante em que possa se encontrar, e que Kant reconhece como a voz de Deus dentro de nós. A moralidade é possível e pensável na medida em que o homem, mesmo fazendo parte do reino da natureza não é totalmente determinado por ela. A mesma razão que orienta o sujeito na esfera do conhecimento, enquanto razão pura tem igualmente aptidão para ajudá-lo enquanto razão prática, no que diz respeito à sua conduta moral:

A razão pura pode ser prática, isto é, determina a vontade por si mesma, independentemente de todo elemento empírico e mostra isto mediante um fato em que a razão pura se evidencia efetivamente em nós como prática, determinando por este meio a vontade, a ação<sup>182</sup>.

Ao mostrar assim a unidade da razão enquanto fonte de conhecimento e de orientação prática, Kant resolve o problema teórico, mostrando a possibilidade da moralidade, enquanto a sua efetivação terá que ser posta como tarefa para o indivíduo. Mesmo levando-se em conta que o coroamento da moralidade é o cumprimento do dever, vale lembrar que este é um empreendimento no qual o sujeito deverá ser envolvido e acostumado desde os primeiros anos de vida. A

---

<sup>180</sup> “Acima de tudo, porém, considerar todo o castigo e toda recompensa unicamente como um meio mecânico na mão de um poder superior que deveria servir apenas para levar os seres racionais a agir em vista do seu fim último (da felicidade) é, de um modo demasiado visível reduzir a sua vontade a um mecanismo supressor de toda liberdade, para que seja necessário deter-nos aqui” (KANT, Immanuel. CRPr, p. 51).

<sup>181</sup> Op cit, p. 38.

<sup>182</sup> “Acontece, por exemplo, que se pode achar prazeres no simples uso da sua força, na consciência da própria energia química para superar os obstáculos que se contrapõem ao nosso propósito, na cultura dos elementos do espírito”. (Op. cit., p. 34).

moralidade é preparada pela educação infantil, onde por força do hábito e da disciplina acostuma-se a criança ao cumprimento dos deveres mais simples e triviais. A moralidade tem sua condição de possibilidade na prática das virtudes, que nada mais representam do que o ideal do homem plenamente educado. As diferentes virtudes apontadas por Kant aparecem como exemplos concretos daquilo que o homem deverá fazer para cumprir o dever moral, seja em relação a si, seja em relação aos outros.

O cumprimento do dever moral apresenta para o homem um verdadeiro desafio, na medida em que exige o constrangimento da vontade<sup>183</sup>. A perfeição moral, na medida em que esta é possível, é um empreendimento pelo qual tão somente o homem é responsável, jamais podendo este esperar auxílio vindo de fora, como, por exemplo, das práticas religiosas.

Os evangelhos enquanto livros cujos autores são seres humanos, não têm para Kant qualquer valor como palavras ou revelação divina sendo juntamente com outros instrumentos de religiosidade, tão somente fenômenos históricos, mas apresentam valor prático por representar “a disposição moral em toda a sua perfeição, a qual, enquanto ideal de santidade não é atingível por criatura humana”<sup>184</sup>.

Kant discorda igualmente da possibilidade do homem poder vivenciar uma experiência de amor a Deus, como apregoa o mandamento, sendo que espere deste amor algo que possa ajudá-lo no cumprimento do dever. Argumenta ele que Deus não pode ser objeto de qualquer inclinação patológica por não constituir-se no objeto dos sentidos. O amor a Deus reverte-se então em amor aos homens e efetiva no cumprimento do dever para com os mesmos<sup>185</sup>. Se é condenável a atitude em fazer promessas como forma de estabelecer um comércio interesseiro com a divindade<sup>186</sup>,

---

<sup>183</sup> KANT, Immanuel. CRPr, p. 54.

<sup>184</sup> “O homem é um ser de necessidades enquanto faz parte do mundo sensível e a este respeito, a sua razão tem certamente uma missão inclinável de se fazer preocupar com os interesses da sensibilidade de se fazer máximas práticas em vista da felicidade desta vida, e se possível também de uma outra vida futura. No entanto, ele não é tão plenamente animal que seja indiferente a tudo o que a razão diz por si mesmo e use esta simplesmente como instrumento da satisfação da sua necessidade enquanto ser sensível”. (Op. cit., p. 77).

<sup>185</sup> Op. cit., p. 99.

<sup>186</sup> “O amor pelos homens é possível sem dúvida, mas não pode ser mandado, visto que não está no poder do homem amar alguém simplesmente por ordem. Portanto, só o amor prático é que se apreende neste cerne de todas as leis. Amar a Deus significa neste sentido, cumprir prontamente os seus mandamentos; amar o próximo significa praticar de bom grado todos os seus deveres com relação a ele” (Op. cit., p. 99).



Kant não nega, mas afirma a ajuda de Deus para suprir as limitações e diferenças morais do homem, quando o mesmo fez a sua parte empenhando-se com todas as suas forças para cumprir a lei moral:

[...] quem numa intenção verdadeira, ao dever faz tanto quanto está em seu poder para (pelo menos numa aproximação constante ao pleno ajustamento à lei) cumprir a sua obrigação, pode esperar o que não está em seu poder será de qualquer modo suprido pela suprema sabedoria (que pode tornar imutável a intenção desta aproximação constante), mas sem que a razão presuma determinar e saber em que consiste o modo; este pode porventura ser tão misterioso que Deus, quando muito, no-lo revelará numa representação simbólica. Teoricamente não podemos sequer compreender o que é em si tal relação de Deus ao homem e associar-lhe conceitos, ainda que ele quisesse descobrir-nos semelhante mistério<sup>187</sup>.

Se por um lado não deve o homem servir-se dos benefícios religiosos como forma de angariar a ajuda divina para auxiliá-lo no cumprimento da lei moral, deverá, por outro lado, admitir inquestionavelmente a existência de Deus, pois muito embora tenha ele a obrigação de realizar o Bem Soberano no mundo, enquanto união da moralidade com a felicidade, jamais poderá realizar este empreendimento se algo não lhe for previamente dado como condição: a natureza. Esta não pode ser pensada como um conjunto de fenômenos impessoais e abstratos entre os quais o homem tateia numa existência absurda, mas como um todo ordenado. O sujeito é então obrigado a pensar a si mesmo, não como um ente entre todos os entes, mas como o fim da criação e, por conseguinte, a natureza deverá ser pensada como que subordinada aos seus fins morais. Isto só será possível se ele aceitar a existência de um ser supremo, uma inteligência maior, criadora da natureza e avalista dos seus fins morais<sup>188</sup>. Kant nos lembra ainda, que Deus é o autor da soma mais elevada de moralidade e da sua harmonia com a felicidade<sup>189</sup>.

Além da existência de Deus como garantia da unidade entre felicidade e moralidade, por conseguinte do Soberano Bem possível no mundo, deverá o homem aceitar de maneira incondicional a existência da imortalidade da alma, pois se a perfeição moral do homem se coloca para ele de forma radical como algo que ele

<sup>187</sup> KANT, Immanuel. RLSR, p. 176.

<sup>188</sup> Op cit, p. 173. "Como a ação de Deus é vista apenas como consequência da fidelidade ao cumprimento do dever, pode-se e é preciso ver esse dever como querido por Deus em vista da consecução do Soberano Bem" (apud HERRERO, Francisco Javier, p. 74).

<sup>189</sup> "Por consequência, o Soberano Bem só é possível no mundo enquanto se admite uma causa suprema da natureza que tem uma causalidade conforme a disposição moral. Ora, um ser que é capaz de ações segundo a representação das leis é uma inteligência e a causalidade de um tal ser, segundo esta representação das leis, é a sua vontade. Assim, a causa suprema da natureza, enquanto ela se deve pressupor para o Bem Soberano é um ser que pelo seu entendimento e vontade é a causa e autor da natureza, isto é, Deus" (KANT, Immanuel. CRPr, p. 144).

deverá realizar isso seria impossível, levando-se em conta a brevidade da vida. A progressão na consecução da completa conformidade com a lei moral exigirá este progresso infinito que só será realmente possível se a existência durar até o infinito:

Este progresso infinito, porém, só é possível sob o pressuposto de uma existência e de uma personalidade indefinidamente persistente do mesmo ser racional (o que se dá o nome de imortalidade da alma). Portanto, o Soberano Bem só é possível sob o pressuposto da imortalidade da alma, por conseguinte, esta enquanto indissoluvelmente ligada a lei moral, é um postulado da razão prática<sup>190</sup>.

A crença na imortalidade da alma e de uma existência continuada até o infinito tem igualmente uma função psicológica muito importante. Quando se pensa nas inúmeras exigências, bem como nas renúncias que o homem deve fazer para levar uma vida virtuosa, tudo isto não valeria muito se tivéssemos a certeza que a vida brevemente iria acabar.

### **4.3 A história e o fim último do homem**

Kant concebe a história em sentido teleológico, isto é, dotado de um significado último. Assim, a história não é absurda e impessoal, regulada pelo destino ou pelo acaso, antes de tudo, tem ela em vista o fim do homem enquanto possibilita a sua realização num determinado estado de vida em que seja possível a união da felicidade em consonância com a moralidade<sup>191</sup>. Para Kant, a história enquanto lugar da realização do homem persegue um plano que lhe é previamente traçado pela natureza. A natureza, entendida como ordem cósmica, procede de maneira determinista tendo em vista os fins do homem e servindo-se do mesmo com todas as suas peculiaridades e contradições, mas garantindo efetivamente a realização do sumo bem político no mundo.

Kant nos lembra ainda que, quando tomamos o homem com todas as suas paixões e egoísmos que fazem parte da sua pessoa, a existência do mesmo estaria fadada ao fracasso e a ruína, já que ele nem sempre comporta-se como ser racional. É aqui, então, que sabiamente interfere a natureza, a qual se serve até mesmo das forças brutais do homem, para, por meio da educação e da disciplina conduzi-lo ao

---

<sup>190</sup> "A harmonia pode ser possível por Deus ser a causa da moralidade e também da felicidade em proporção, mas isso não pode pensar-se porque seria mecanismo e não liberdade. O próprio homem é considerado como causa de suas ações que se produzem no mundo, mas porque terá agido assim e não de outro modo em virtude da liberdade é-lhe incompreensível porque existe liberdade. Da boa ou má vontade enquanto pertencente ao mundo das máximas, afirma-se apenas segundo analogia que Deus a proporciona e que corrige e endurece o coração" (KANT, Immanuel. PM, p. 125).

<sup>191</sup> KANT, Immanuel. CRPr, p. 140.

seu término, uma vez que "todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente conforme um fim<sup>192</sup>".

Kant nos diz que dada a limitação do homem por meio da sua existência transitória e finita, o indivíduo singular jamais desenvolverá plenamente as suas potencialidades, uma vez que estas se efetivarão tão somente na espécie:

Para mim o homem precisa ter uma vida demasiadamente longa a fim de aprender a fazer uso pleno de todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza concedeu-lhe somente um certo tempo de vida (de vida como realmente acontece), ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes para conduzir em nossa espécie o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento completamente adequado ao seu propósito<sup>193</sup>.

A evolução cultural da humanidade em direção ao seu fim último é algo que ocorre gradativamente, de modo que cada geração é tão somente uma etapa ou um momento em direção a um estágio superior ou uma nova geração culturalmente mais evoluída e mais rica. Para realizar o seu fim último com relação ao homem, a natureza o fez dotado de instintos e de razão, mas ao mesmo tempo, lembra-nos Kant, no que diz respeito a sua realização e felicidade, o homem deverá valer-se do esforço racional superando a mecanicidade da natureza<sup>194</sup>.

Ao fornecer ao homem não somente os instintos como também a razão e a liberdade, percebe-se neste procedimento um plano secreto da natureza que nada faz em vão ou por obra do acaso. Por conseguinte, se para o homem alcançar o seu fim último bastassem os instintos, a natureza teria operado em vão dotando o mesmo com outras disposições tais como a disposição para a moralidade e para a liberdade. É preciso lembrar quando se reflete de forma geral sobre a totalidade dos

---

<sup>192</sup> "Os homens enquanto indivíduos e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor. O propósito da natureza que lhe é desconhecido trabalha para sua realização e mesmo que conhecessem tal propósito pouco lhes importaria" (KANT, Immanuel. Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita, p. 10).

<sup>193</sup> Op cit, p. 11.

<sup>194</sup> Op cit, p. 11. "A este propósito Kant não exista em julgar com desprezo a historiografia do seu tempo que se limitava geralmente a uma erudição biográfica tendo como finalidade a narração dos gestos dos príncipes e das vicissitudes dos povos. É sempre a este propósito que Kant alarga o conceito de história até fazê-lo coincidir com a história da cultura na qual com efeito, se procura evidenciar, não somente os fatos exteriores mas até, e, sobretudo, a história espiritual, o desenvolvimento do direito, da moral, da religião e dos costumes" (apud GALEFF, Romano. A Filosofia de Emmanuel Kant, p. 259).

atos humanos guiados pelos instintos, o conflito sempre existente com aquilo que é pertinente ao reino da moralidade<sup>195</sup>.

A natureza, como ordem cósmica, realiza o seu projeto com relação ao homem, não de maneira imediata ou linear, mas de maneira aparentemente contraditória, servindo-se das inclinações do sujeito mesmo quando estas aparecem absurdas. Há de um lado o egoísmo e individualismo próprio do homem, na medida em que se julga suficiente para bastar-se a si próprio. É o lado animal da natureza humana responsável pela hostilidade entre os indivíduos, impedindo assim a livre associação entre os mesmos. Por outro lado, a natureza humana é eminentemente social e desde as formas mais primitivas de comunidade, observamos aí a tendência dos indivíduos para a convivência coletiva. Assim procedendo, o homem se sente mais completo e mais realizado.

Do conflito estabelecido entre o egoísmo humano que tende a levá-lo ao isolamento, e a sua inclinação pela convivência e sociabilidade, surgirá um novo momento mais rico e mais evoluído, por isto, "Dão-se então os primeiros verdadeiros passos que levarão da rudeza à cultura, que consiste propriamente no valor social do homem"<sup>196</sup>.

Kant afirma que a intenção primordial da natureza ao servir-se do antagonismo e brutalidade presente no homem é preparar um estágio mais elevado de civilização que é a sociedade civil, definida por ele como a instância que permite ao mesmo tempo a manutenção da liberdade do indivíduo coexistindo com a liberdade de todos os outros: "assim uma sociedade na qual a liberdade sob leis exteriores encontre-se ligada no mais alto grau a uma constituição civil perfeitamente justa"<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> "A natureza parece ter-se satisfeito aqui com o máximo de economia e ter medido os dotes animais dos homens de maneira estrita e exata em função das maiores necessidades da existência em seus primórdios, como se ela quisesse dizer que o homem devia se elevar um dia por meio de seu trabalho, da máxima rudeza à máxima destreza" (KANT, Immanuel. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, p. 12).

<sup>196</sup> Op. cit., p. 13.

<sup>197</sup> Op. cit., p. 15. "Já vimos que a natureza nos oferece a garantia de que o Soberano Bem político, fim que a razão prescreve como dever incondicional, pode ser realizado de fato. Essa garantia é a natureza concebida teleologicamente, isto é, que tende irresistivelmente na direção do fim. Esse é o fim das disposições naturais do homem que só alcançará seu pleno desenvolvimento no estado jurídico" (apud HERRERO, Francisco Javier. *Religião e História em Kant*, p. 134).

Kant concebe a criação da cultura e da sociabilidade como frutos da insociabilidade dos homens, quando regulada e submetida a disciplina. É aqui, então, que terá lugar a mais bela ordem social. Entretanto, o homem não é naturalmente levado à convivência social, uma vez que, para isto, terá que mudar o seu instinto egoísta e a sua procura de liberdade exagerada. O homem é levado a isto movido por uma necessidade que o força à vida harmoniosa com os outros sob pena de cavar a sua própria ruína.

A criação de uma constituição civil, muito embora algo desejável, apresenta alguns problemas, uma vez que o homem, na medida em que convive com os outros, tende a abusar da sua própria liberdade. Deste modo, o indivíduo poderá naturalmente reconhecer a validade da constituição tão somente na medida em que esta for limite e freio na liberdade dos outros ficando ele próprio de fora. Para resolver este problema, Kant postula a necessidade de um senhor como exigência natural para pôr freio à vontade do indivíduo obrigando-o a obedecer à vontade universalmente válida expressa na constituição. Há, então, que se escolher este senhor entre os homens mais correto e mais justo, sendo que neste empreendimento pode-se quando muito chegar a uma certa aproximação, pois jamais se encontrará alguém que seja plenamente justo. Seja com relação a uma pessoa ou mesmo a um grupo escolhido, o resultado que se poderá chegar é apenas a aproximação com a idéia de justiça.

Como se poderá pretender uma constituição civil perfeita ou próxima da perfeição, se como já foi dito, os indivíduos são sempre falíveis? Mais uma vez, conforme nos diz Kant, iremos encontrar a natureza agindo e servindo-se dos seus artifícios para resolver a incompatibilidade entre os indivíduos: é a guerra entre os estados. Em um primeiro momento a guerra apresenta-se como algo puramente negativo, levando os estados a se degladiarem, produzindo assim a morte, a pobreza e a ruína, por outro lado, as guerras produzem seus frutos positivos, na medida em que propiciam o encontro de culturas diferentes onde cada uma delas pode se enriquecer e crescer em termos de conhecimento, apropriando-se de algo existente na outra. As guerras produzem ainda o conagraçamento e a união entre os

povos ou estados, favorecendo os tratados de paz, as assembléias e as confederações<sup>198</sup>.

A história da raça humana lembra-nos Kant, deve ser tomada como realização de um plano oculto, instrumento este usado pela natureza para desenvolver na humanidade a totalidade das suas disposições, não obstante este fato ser incapaz de ser observado pela experiência dada a precariedade e pouca duração da vida humana<sup>199</sup>. Mesmo não se tendo condições de perceber empiricamente a realização do plano oculto da história tendo em vista a união civil perfeita efetivada na espécie humana, Kant afirma que isto será uma realidade possível. Lembra-nos ainda que é possível perceber em parte o progresso da história política e social dos povos quando se observa o que aconteceu no mundo antigo. A civilização romana se mostra do ponto de vista do seu conteúdo político e moral, bem mais enriquecida que a civilização grega ou o mundo bárbaro, podendo-se dizer o mesmo quando se relaciona mundo moderno com mundo antigo. Assim, a história percorrerá uma certa linearidade.

A história é assim, o palco que permite ao homem a realização de todas as suas potencialidades, como ser político e como ser moral. Não poderá ser compreendida teoricamente, uma vez que, como história política, resultado das ações humanas, é eminentemente prática.

---

<sup>198</sup> “A história filosófica é a realização de um plano oculto da natureza. A inexorabilidade desse plano permite vê a história, como história do progresso na direção da constituição política perfeita” (HERRERO, Francisco Javier. *Religião e História em Kant*, p. 138).

<sup>199</sup> Op cit, p. 146.

## CONCLUSÃO

Podemos dizer que a filosofia de Kant representa o apogeu daquilo que se entende por modernidade, na medida em que faz do homem o centro e o sujeito da reflexão filosófica. Neste sentido, com Kant, acontece a reviravolta antropocêntrica que ele chama de revolução copernicana, que inverte de forma radical a maneira de se filosofar. Devemos dizer que toda filosofia anterior a Kant caracteriza-se por uma certa postura definida como “realismo ingênuo”, por afirmar a crença em um mundo objetivo e plenamente dado, independente do sujeito e ao mesmo tempo capaz de ser percebido por este. Desta forma, afirmava-se a plena capacidade da razão em perceber e simular a totalidade do real em toda a sua plenitude. É este o credo originário que norteou toda a tradição ocidental desde os filósofos da antiga Grécia, baseado na completa identidade entre o pensamento e o ser. Isto se justifica pelo fato da própria razão humana ser, nada mais e nada menos, que uma espécie de centelha da grande razão ou *logos* universal. Assim, o sujeito que pensa e aquilo que é pensado são realidades que se situam em um mesmo horizonte.

É neste sentido que se fará sentir de forma mais radical toda a força e novidade do pensamento kantiano. Primeiramente devemos dizer que a filosofia kantiana nos desengana quanto à presunção de uma realidade objetiva e de um conhecimento real desta. O ato do conhecimento não é um ato passivo onde o sujeito se comporta mecanicamente como uma máquina fotográfica que capta a paisagem, assim como afirmava a tradição antiga clássica, mas um ato deliberado, autônomo. Para Kant, no ato do conhecimento o sujeito age e se comporta de forma ativa, produzindo em parte o objeto. É o sujeito que confere forma ao objeto, assim como o artesão modula o barro transformando o objeto de seu uso.

Para Kant o homem é ativo no ato do conhecimento e fora dele o mundo é algo impessoal ou um conjunto de fenômenos, não uma realidade coerente e ordenada como pensavam os antigos. Esta afirmativa que está presente em toda a tradição antiga baseada no conceito de *physis* da antiguidade clássica que afirmava a natureza ou cosmos como uma totalidade ordenada, teve como consequência uma orientação moral e política onde muitas vezes se buscava na natureza exemplos para legitimar realidades humanas. Podemos tomar como exemplo, entre tantos

outros, o caso de Aristóteles, para quem a escravidão era algo natural, baseando-se esta afirmação na desigualdade existente entre os animais. Não podemos julgar os homens pela natureza, pois ela age pelos instintos e o homem pela razão.

Kant, partindo do princípio de que o mundo fora do homem é fenômeno, não credencia mais a natureza como algo a que o homem deva seguir. Pelo contrário, se partirmos do princípio de que o conhecimento do sujeito é prioritário, o ponto de partida da compreensão da realidade é o homem. É neste sentido que a filosofia kantiana nos convida e nos obriga a uma compreensão radical do homem na sua interioridade última. Assim, é a profundidade do homem o lugar onde se vai pensar a moral, a política, a arte etc. Desloca-se assim o eixo de referência da sua fundamentação na natureza.

A filosofia kantiana nos mostra os fracos limites do nosso conhecimento ao afirmar que este não nos leva além da experiência. É tão somente aqui que a nossa razão nos situa. Os nossos sentidos e os seus limites são igualmente os limites de tudo aquilo que podemos realmente conhecer. Assim, a razão reina absoluta, pois o seu campo de atuação não é limitado. É exatamente aqui que iremos encontrar a atitude desconfiada de Kant ao perceber o perigo de se fazer da experiência o critério último de moralidade. Se todo o conteúdo de nossa razão viesse da experiência, a moralidade assim pensada terminaria com qualquer pretensão de algo mais elevado, tendo assim que se contentar com aquilo que se situa nos frágeis limites das coisas.

Não se deve esquecer que mesmo fundamentando a sua filosofia moral na razão, quanto ao seu começo, a moral kantiana é ainda uma moral que necessita da religião, uma vez que é por meio dela que chega o homem a idéia de Deus como o seu juiz. A lembrança da prestação de contas diante de Deus foi algo que sempre acompanhou Kant ao longo da sua vida.

Podemos definir a moral kantiana num primeiro plano, como sendo uma moral da formalidade, na medida em que esta prescreve o cumprimento do dever incondicionalmente, não obstante as circunstâncias. Podemos ainda falar da moralidade kantiana no que diz respeito ao seu rigorismo. Todavia, bem mais importante do que isto é observar os aspectos positivos e atuais que tornam o pensamento deste filósofo como tendo ainda muito a nos dizer. Numa época de profundo individualismo como a nossa, Kant é muito bem vindo quando nos lembra o



caráter universal do ser humano e a sua relação com a humanidade inteira. Kant nos lembra ainda o valor incondicional da pessoa humana que jamais poderá ser tratada como um meio, por ter um fim em si mesmo. Desta forma, o homem jamais será coisificado ou manipulado pela máquina ideológica, práticas estas tão comuns na nossa sociedade de consumo.

Priorizar a pessoa humana na sua autonomia e dignidade é, então, a marca principal da moral kantiana, mas é importante observar, igualmente, o realismo deste filósofo quando analisa o ser humano na sua complexidade. Reconhece, assim, o quanto é difícil para o homem a virtude, sendo para isto obrigado a coagir a própria vontade, uma vez que este não é naturalmente bom, mas é chamado a tornar-se bom. O pensamento de Kant é notável pelo seu otimismo no que diz respeito à história do homem. A história desenvolve-se na direção do melhor, e nela, através da mediação da cultura o homem aperfeiçoa a sua natureza, construindo com os outros a comunidade plenamente humana.

## REFERÊNCIAS

### OBRAS DE KANT:

**Crítica da Razão Pura.** Tradução de: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

**Crítica da Razão Prática.** Tradução de: Artur Mourão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1986.

**Crítica da Faculdade do Juízo.** Tradução de: Valério Rohden e António Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

**A Metafísica dos Costumes.** Tradução de: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO – Edições Profissionais Ltda. 2003.

**Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Tradução de: Paulo Quintela. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1986.

**A Religião nos Limites da Simples Razão.** Tradução de: Artur Mourão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1992.

**Os Progressos da Metafísica.** Tradução de: Artur Mourão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1985.

**O Conflito das Faculdades.** Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

**Prolegômenos.** Tradução de: Tânia Maria Dernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

**Sobre a Pedagogia.** Tradução de: Francisco Cock Fontanella. 3. ed. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

**Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita.** Tradução de: Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986.

**Realidade e Existência – Lições de Metafísica.** Tradução de: Adauri Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1995.

**Textos Selectos.** Tradução de: Emanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 1974.

**A Paz Perpétua.** Tradução de: Marco Zingano. São Paulo: LP&M Editores, 2008.

### COMENTADORES:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Brasília: Editora UNB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metafísica.** São Paulo: Globo, [s/d].

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant: Pensamento político.** Tradução de: Alfredo Fait. Revisão de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant.** Tradução: Álvaro Cabral. Revisão Técnica: Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DELEUZE, Gilles. **A Filosofia Crítica de Kant.** Lisboa: Edições 70, 2000.

FERRAZ, Carlos Adriano. **Do Juízo Teológico como Propedêutica à Teologia Moral em Kant.** Coleção Filosofia 190. Porto Alegre: EDIPUGRS, 2005.

GALEFFI, Romano. **A Filosofia de Immanuel Kant.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

GOLDMANN, Lucien. **Origem da Dialética: A comunidade humana e o universo em Kant.** Tradução de: Haroldo Santiago. Série Rumos da Cultura Moderna, vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda., 1967.

HERRERO, Francisco Javier. **Religião e História em Kant.** Tradução de: José A. Ceschin. Coleção Filosofia 16. São Paulo: Loyola, 1991.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano.** Tradução de: Anoar Aiex. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

LEBRUM, Gérard. **Kant e o fim da Metafísica.** Trad: Carlos Alberto Ribeiro de Moura Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOCKE, Jhon. **Ensaio sobre o entendimento humano.** Tradução de: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Sociabilidade.** Coleção Filosofia 25. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Filosofia na Crise da Modernidade.** Coleção Filosofia 12. São Paulo: Loyola, 1989.

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica 1.** Coleção Filosofia 47. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Filosófica I.** Coleção Filosofia 15. São Paulo: Loyola, 2001.

#### **OBRA DE APOIO:**

BEAU, Albin Eduard. **Langenscheidts Taschenwörterbücher.** Berlim: München-Zürich, 1967.